



PREFEITURA DO
RECIFE

**"RECIFE :
MAIS TRABALHO,
MELHOR QUALIDADE DE VIDA"**

**PLANO PLURIANUAL 2006-2009
VOLUME I**

LEI 17.111/2005

Recife, setembro de 2005

Prefeitura do Recife

Prefeito

João Paulo Lima e Silva

Vice-Prefeito

Luciano Roberto Rosas de Siqueira

SUMÁRIO**VOLUME I**

I.	INTRODUÇÃO.....	4
II.	DIAGNÓSTICOS SOBRE A CIDADE DE RECIFE.....	6
III.	A DINÂMICA FÍSICO-TERRITORIAL.....	14
IV.	CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO.....	22
V.	MODELO DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO.....	24
VI.	VALORES, EIXOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO E DIRETRIZES SETORIAIS...33	
VII.	PRINCIPAIS METAS.....	43
VIII.	FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E ESTIMATIVAS DE RECURSOS.....	48
	ERRATA.....	55

I - INTRODUÇÃO

O **Governo Municipal do Recife**, dando continuidade a sua ação de cuidar das pessoas e da cidade, terá suas intervenções para o período de 2006/2009 expressos em programas, projetos/atividades e ações constantes no **Plano Plurianual 2006/2009-"Recife: Mais Trabalho, Melhor Qualidade de Vida"**.

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento legal que expressa os compromissos assumidos pela Administração Municipal e reflete sua filosofia e os seus valores básicos. Ele estabelece diretrizes, objetivos e os eixos estratégicos do governo municipal para a cidade e para as pessoas. No primeiro caso a orientação é a valorização dos espaços públicos da cidade, a habitabilidade e a acessibilidade para toda a população. No segundo caso, a orientação é promover a cidadania e intensificar a luta contra a exclusão e a desigualdade; ampliar as oportunidades através da educação, da saúde pública e do saneamento básico, defendendo a vida; e promover a criatividade e o empreendedorismo para o desenvolvimento da economia, da cultura, do lazer e do esporte.

Este PPA propõe um modo de fazer, respaldado em uma gestão pública democrática, apoiada na participação popular, e se concretiza nas ações que apontam na direção da justiça social e sustentabilidade da Cidade, no respeito à vida e aos direitos essenciais do cidadão, na construção de um espaço de convivência solidária, tornando a cidade inteira viável para todos seus habitantes.

O documento encontra-se estruturado em dois volumes. O primeiro volume apresenta um diagnóstico síntese da cidade e suas dinâmicas, o modelo de gestão, planejamento e acompanhamento adotado e os valores, eixos estratégicos e diretrizes governamentais assim como as principais metas a serem alcançadas no período. O segundo volume apresenta, em planilhas detalhadas, todos os projetos e ações, dentro de seus respectivos programas, com estimativas de recursos, consolidados em quadros demonstrativos, do programa de trabalho que será desenvolvido pelos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, bem como do Poder Legislativo.

Assim, este documento é a garantia da plena cidadania. Ele é o resultado de um contínuo esforço de avaliação, exercitado nas diversas instâncias de participação da sociedade e privilegia as ações que mais diretamente atingem as pessoas no seu cotidiano sem, entretanto, esquecer as atividades que têm caráter estratégico para a cidade que todos desejamos construir. Também procura o fortalecimento das instituições democráticas de participação popular, prioridade de nossa gestão, e os valores básicos que

guiam a vida de seus cidadãos, onde o acesso aos serviços públicos de qualidade, a melhoria da qualidade de vida e a responsabilidade coletiva seja uma ação contínua e constante, onde a maior parceria do Governo seja com o cidadão.

II - DIAGNÓSTICOS SOBRE A CIDADE DO RECIFE¹

Fundado em 1537 e transformada em capital do Estado em 1823, Recife cresceu como cidade cosmopolita. A diversidade cultural e o patrimônio histórico acumulado originam-se na convivência, na diversidade e na criação de hábitos e troca de experiências acumulados por seus habitantes negros, índios, portugueses, luso-brasileiros e holandeses, mulheres e homens cidadãos recifenses.

O Recife é constituído de terraços, praias, morros, mangues, áreas alagadas e alagáveis. A cidade foi edificada sobre uma planície flúvio-marinha, em forma semicircular. Os seus 220 km² estão distribuídos em subáreas, com as 67,43% de relevo constituído por ambiente de morro de pequena elevação, 23,26%, de planície e 9,31% de ambiente aquático.

O processo de urbanização do Recife fez-se por aterros em áreas de maré e em terras de planícies de antigos engenhos de açúcar. A estrutura fundiária da cidade é caracterizada por grandes extensões de *terras de marinha* e por áreas remanescentes de latifúndios originários dos engenhos.

O ambiente natural (praias, rios, mangues, matas e mananciais) do Recife constitui riqueza ímpar e lhe atribui uma característica que a diferencia das demais cidades brasileiras. Há também nos morros que circundam a planície muito a admirar: a bela vista da cidade, a riqueza de sua produção cultural, a qualidade da sua habitabilidade – apesar dos riscos que advêm de sua ocupação desordenada – e a sua tradição organizativa.

O Recife Metropolitano e sua dinâmica social

Como núcleo da Região Metropolitana, criada em 1973 e composta por 14 municípios, o Recife só pode ser bem analisado quando inserido neste âmbito, uma vez que mantém intensa relação com o espaço circundante, a qual se expressa na sua dinâmica interna e externa. E, ainda, sob qualquer prisma – demográfico, cultural, econômico, político-institucional, ambiental, patrimônio histórico, que se queira destacar, o Recife é a síntese mais significativa desse contexto. Esta interdependência aponta de imediato para a demanda intensa das cidades da região metropolitana pela infra-estrutura municipal.

A cidade apresenta uma superfície territorial de 220 km² e tem seu limite ao norte com as cidades de Olinda e Paulista; ao sul, com o município de Jaboatão dos Guararapes, a oeste, com São Lourenço da Mata e Camaragibe, e a leste com o Oceano Atlântico.

¹ Fonte: Estudos da revisão do Plano Diretor: *Dinâmica Urbana Recente e Diagnóstico Urbano.*, elaborados por técnicos da Diretoria Geral de Urbanismo, SEPLAN/PCR, 2002/2003, documento base para a revisão do Plano Diretor do Recife 2005, informações das secretarias e órgãos do governo e dados do Anexo ao Plano Plurianual 2001 – 2005 da cidade do Recife.

Segundo os dados do recenseamento de 2000, Recife apresenta uma população de 1.421.947 habitantes, correspondendo a 18% da população do Estado, e a 44% da Região Metropolitana, o que lhe confere uma densidade demográfica de 6.458 habitantes/km².

Distribuição espacial da população

Os resultados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 revelam que, nesse intervalo censitário, a população passou de 1.298.229 habitantes para 1.422.905 habitantes, tendo assim um acréscimo de 124.676 habitantes.

Para 2004, estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, já apontavam para uma população de 1.486.869, representando uma taxa geométrica de crescimento anual da ordem de 1,74, nos últimos quatro anos.

Em termos de distribuição espacial, esse acréscimo populacional acompanhou os dois modelos de ocupação iniciados, sobretudo, a partir da década de 60: o extensivo e o intensivo. O primeiro caracteriza-se por uma ocupação que estende o território urbanizado, ultrapassa os limites do município, ocasionando a conurbação com núcleos urbanos dos municípios limítrofes. Como o território urbanizável do Recife já está bastante ocupado, pode-se afirmar que essa ocupação extensiva, significou a quase saturação dessas áreas periféricas, sobretudo pela insuficiente oferta de infra-estruturas e serviços urbanos. O segundo caracteriza-se pela habitação coletiva de maior densidade (verticalização), através da substituição de antigas estruturas horizontalizadas e de remembramentos de terrenos. E, ainda, pelo adensamento e ocupação intensiva em assentamentos populares.

Entre os Censos 1991 e 2000, observa-se que bairros periféricos como Ibura, Cohab (quase 20 mil novos habitantes), Barro, Sancho, Curado, Várzea, Caxangá, Sítio dos Pintos, Guabiraba, Caçote e Macaxeira, apresentaram as maiores taxas de crescimento demográfico. Entre as áreas que mais cresceram, destacam-se também áreas centrais onde a favelização também acarreta maiores adensamentos, como se observa no pequeno assentamento no bairro do Recife (Comunidade do Pilar).

Observa-se que os bairros onde a população mais cresceu não foram necessariamente os mais densos o que, provavelmente, indica uma saturação desses últimos. Assim, bairros com densidades muito elevadas, como Água Fria, Alto José Bonifácio e Alto Santa Terezinha, registraram, no período 1991/2000, perda de população. As densidades mais elevadas concentram-se nos morros da zona norte, na zona oeste (Coqueiral, Sancho, Totó e Barro), estendendo-se para o sul (Cohab), encontrando-se, também, densidades elevadas nas áreas pobres espalhadas por toda a cidade. É o caso de Brasília Teimosa e Mangueira.

Em relação às áreas ocupadas pelas classes média e alta, fica claro o intenso processo de adensamento construtivo e verticalização, responsável

pelo elevado crescimento demográfico e pela densidade populacional dos bairros de Aflitos, Torre, Boa Viagem, Espinheiro, e Madalena.

Este quadro já aponta para a necessidade de atenção do governo para a questão urbana, que tem na revisão do Plano Diretor grande expectativa para aprovar diretrizes que operem na direção de atender estas especificidades da cidadania nos diversos territórios.

O rendimento, o desenvolvimento econômico e o acesso aos serviços das áreas da política social

Em 1996 o Estado de Pernambuco registrava um produto interno por habitante de 2,5 mil dólares (dólar com o valor de 1998); a Região Metropolitana apresentava um valor de 4,1 mil dólares e a cidade do Recife, o correspondente a 5,8 mil dólares, duas vezes mais que o pernambucano. Do total do produto gerado no ano de 1996 no Estado de Pernambuco, o Recife participou com 43% e a Região Metropolitana, incluindo o município do Recife, com 63%.

O setor terciário é predominante em Recife, tradicional desde seu destaque na intermediação comercial com Portugal na exportação de açúcar. Atualmente, o setor terciário moderno continua a prevalecer, representando 95% de todo o valor da riqueza gerada com atividades comerciais e de prestação de serviços.

Destacam-se os setores comerciais de supermercados e *shoppings* e os serviços médicos, de informática e de engenharia, consultoria, ensino e pesquisa, além do turismo, que representa hoje importante dimensão para a atividade econômica da cidade e de seus arredores.

Na área de informática, Recife abriga hoje iniciativa ímpar que integra o desenvolvimento econômico à inclusão social, o Porto Digital, criado em dezembro de 2000, sob a gestão integrada do Estado, Município, Universidade Federal de Pernambuco e diversas empresas de tecnologia da informação. O objetivo do projeto é criar um parque tecnológico para fomentar o desenvolvimento de empresas da área de tecnologia da informação e comunicação na cidade do Recife. Três anos depois de sua fundação, 67 empresas desenvolvedoras de software e serviços, das 600 existentes no Estado, já se mudaram para região do Porto Digital, localizada no Bairro do Recife. Para obter a adesão das empresas, entre outros, foi a concessão de incentivos por parte da Prefeitura, que reduziu o Imposto sobre Serviços (ISS) de 5% para 2% àquelas que instalaram seus escritórios na região. A Favela do Pilar, que se encontra na região portuária, é o principal alvo das atividades de inclusão social com vistas à geração de renda e qualificação profissional que são desenvolvidas na região como parte da iniciativa.

No ano de 2004 Recife recebeu, entre turistas nacionais e internacionais, em torno de 2,1 milhões de visitantes, dos quais 1,3 milhões utilizaram os serviços de hospedagem. A economia da cidade contou

com um gasto médio individual diário de R\$ 73,00 e o tempo de permanência do turista em Recife está estimado em 3,3 dias, proporcionando uma contribuição de 5% na formação do PIB da cidade, conforme dados recentes (EMPETUR e ADM&TEC).

Por este motivo, o Plano Plurianual atual privilegia as iniciativas e os investimentos nas áreas de turismo, em particular, e nas atividades geradoras de renda e de emprego, de forma geral, incrementando a área de ciência e tecnologia, como forma de reverter para a maioria da população os avanços na ciência e na pesquisa.

Apesar do desempenho da economia formal, com uma base relativamente moderna, o Recife ainda se encontra fortemente ligado à chamada *economia informal*. Persiste uma enorme rede de atividades vinculadas ao comércio e aos serviços informais que mantém ocupada significativa parcela da população, gerando riqueza e conferindo à cidade uma especificidade. No setor informal há expressivo número de micro e pequenas empresas prestadoras de serviços que têm um papel importante para a economia da cidade, em especial como absorvedoras de mão-de-obra. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1999), cerca de 58,2% da população ocupada do Recife estaria trabalhando na condição informal.

O desemprego é preocupante na cidade, assim como se vê nas grandes metrópoles brasileiras. A taxa de desemprego no Recife (1999, IPEA) é em média de 19,3%. Dentre o contingente aproximado de 125 mil pessoas, cerca de 47 mil (37,2%) encontram-se na faixa etária das 18 aos 24 anos. A taxa de desemprego é maior entre as pessoas do sexo feminino (22,7% contra 16,3 do sexo masculino).

Neste contexto revela-se um grande número de atividades de caráter popular familiares ou não, individuais ou coletivas que sustentam o movimento da economia popular e solidária. Este movimento encontra-se em expansão como forma alternativa ao trabalho assalariado em crise. Surgem daí novas demandas para as políticas públicas, tais como crédito assistido, capacitação técnica e gerencial e desenvolvimento e disseminação tecnológica para grupos populares.

As áreas que vêm apresentando crescimento populacional mais acentuado destacam-se por concentrar, fortemente, famílias cujos responsáveis, em sua maioria, não têm renda ou recebem até dois salários mínimos. A periferia, particularmente nas áreas de morro, e outras áreas da cidade se enquadram nessa situação. Desta forma, os baixos indicadores correspondem às áreas pobres do Recife que se espalham por todo o território do Município.

Por este motivo, é mantido neste Plurianual a opção por promover e participar de esforços que visem modernizar e ampliar a base produtiva da cidade, apoiando, com instrumentos especiais, a economia popular.

A pobreza está diretamente relacionada às carências sociais, sendo causa e efeito ao mesmo tempo. Assim, assume-se e comprova-se que as áreas mais pobres da cidade em termos de renda são, também, as mais carentes,

apresentando maiores demandas por equipamentos e serviços sociais, bem como por infra-estruturas urbanas.

O Recife tem 118 mil crianças na faixa de 0 até 4 anos de idade. Superpondo a distribuição espacial dessa faixa com pais pobres e analfabetos, constata-se que as áreas norte (principalmente os morros); leste (Várzea e o Curado); sul (especialmente a área de morros) e alguns bairros centrais (Recife e Santo Amaro) necessitam de intervenções do poder público no sentido de ofertar equipamentos para essa faixa da população.

Somente no governo anterior foram implantados e colocados em funcionamento os Conselhos Tutelares, marco referencial previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Também houve aumento significativo na implantação de bolsas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (2400), Bolsa Família (30000 famílias cadastradas) atendimento no Programa Agente Jovem (900 metas), além da realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As crianças e adolescentes entre 5 a 14 anos representam um contingente populacional de 254 mil. Relacionando-se espacialmente o grau de instrução dos pais, sua renda e o grau de instrução dos filhos, na faixa de 5 a 14 anos, constata-se que os morros da zona norte, parte da zona oeste (Várzea), parte dos morros da zona sul e as localidades pobres do Centro Expandido (Pilar, Ilha Joana Bezerra, Coelhos), detêm a maior precariedade em termos de possibilidades de acesso à educação.

A Rede Municipal de Ensino conta com 210 unidades educacionais, 59 creches e 20 unidades de formação profissional básica.

Os indicadores da educação já apontam melhorias no último período. Destacam-se a garantia da aplicação do limite legal na área da educação, a duplicação do acesso à bolsa-escola, a extensão da merenda escolar aos estudantes no período de férias, a entrega kit individual com material escolar e fardamento para todos os estudantes da rede municipal: contratação de novos coordenadores pedagógicos e a diminuição dos anexos escolares e das turmas intermediárias que não se adequam ao conceito de qualificação do ensino e do cuidado com as pessoas. Ao mesmo tempo, foram priorizadas ações de democratização e controle social da educação na medida das eleições de diretores de escolas e do funcionamento efetivo do Conselho Municipal de Educação.

Já os adolescentes e jovens chegam a 258 mil na faixa etária de 15 a 24 anos. Enquanto as crianças e adolescentes encontram-se mais concentrados em grandes manchas na periferia, os jovens apresentam-se dispersos no território.

Políticas orientadas para as crianças e para a população jovem, segmentos relevantes na constituição da população do Recife, se fazem necessárias e são apontadas mais uma vez com prioridade no Plano Plurianual, com ênfase na política específica para a população em situação de rua, que constitui capítulo à parte nos programas deste Governo.

Quanto à saúde, sabe-se que é fortemente associada à qualidade ambiental. A precariedade ambiental em diversas partes da cidade é fruto da deficiência do saneamento básico, associado aos baixos rendimentos e graus de instrução da população.

As áreas de alto e médio risco para as principais doenças de veiculação hídrica, zoonoses e transmitidas por vetores, correspondem a uma grande porção do território, em especial ao baixo estuário e outras áreas alagáveis da planície, como também às localidades com precária condição socioeconômica. As comunidades, às margens dos cursos d'água, com habitações improvisadas e palafitas, correm alto risco de contraírem estas doenças.

De forma geral, a heterogeneidade nas condições da cidade e suas desigualdades sócio-territoriais determinam as condições de bem-estar da população, que repercutem nos indicadores de saúde.

A municipalização da saúde, implantada nos últimos anos, introduziu a figura do agente comunitário e dos postos de saúde da família, que objetivam ampliar a cobertura de atendimento diretamente na residência, aproximando os moradores e a unidade de saúde local.

Destacam-se as ações de ampliação deste contingente de atendimento da saúde no último período de governo na cidade, que representa ampliação significativa com relação aos períodos anteriores, instalando-se efetivamente políticas estruturadoras na saúde. Estas representaram aumento efetivo do acesso na atenção básica - 100% da cobertura populacional do programa de agentes comunitários, que passou de 6,5% em 2000 para 46,7% em 2004; e 538% do número de unidades de Saúde da Família - PSF, que passou de 16 em 2000 para 102 em 2004, além da inovação nas práticas de vigilância e de promoção à saúde, com o Programa de Saúde Ambiental e o Programa Academia da Cidade.

Garantir a continuidade e a ampliação das iniciativas que tragam maior acesso aos equipamentos de saúde e educação, assim como à assistência social é mais uma vez prioridade do governo na direção de uma sociedade mais justa, resgatando a cidadania de pessoas e famílias em situação de risco social.

Violência, segurança, participação e direitos humanos

As mortes por causas externas, definidas tecnicamente por *mortes evitáveis*, são a segunda causa de morte dos recifenses. A violência nas grandes cidades expressa-se sob diversas formas e possui várias faces. Mas os homicídios são preponderantes no conjunto das causas externas.

O *Coefficiente de Mortalidade por Homicídio* é utilizado universalmente como forma de medir a violência. No Recife, em 2000 esse coeficiente chegou ao índice de 67,40 mortes por homicídios por 100 mil habitantes, figurando entre os maiores do Brasil. Para o ano de 2004, com uma população estimada pelo IBGE em 1.486.896 habitantes, esta taxa ainda é de 61,34.

As vítimas desses homicídios são, principalmente, crianças, adolescentes, jovens e adultos jovens de 10 a 29 anos. A estatística da Secretaria de Saúde Municipal mostra que, quanto mais se avança na adolescência, maior é o número de assassinatos. É nos bairros pobres ou de maior desigualdade social que mora a maioria das vítimas.

O alto índice de mortes por homicídios atinge, principalmente, a população masculina. Com isto, aumenta o hiato entre a expectativa de vida entre homens e mulheres como também o número de órfãos e viúvas precoces. Não é à toa que especialistas em demografia acreditam que a violência está deixando uma cicatriz demográfica nas grandes cidades brasileiras.

Os direitos humanos aparecem neste Planejamento Plurianual priorizados enquanto política a implementar, trazendo o governo municipal a um lugar ativo de promotor da igualdade para as populações e segmentos desfavorecidos, mulheres, jovens, negros, crianças e adolescentes, e, em sua esfera de competência, com o compromisso de atuar no âmbito da segurança cidadã, prevenindo a violência e promovendo a cidadania.

Neste sentido, ao longo do último governo, mobilizou-se a cidade para a participação, estimulando a cidadania na realização das conferências municipais setoriais de saúde, educação, trânsito, política de assistência social, mulher, saneamento, cultura, criança e adolescente, esporte e lazer, direitos humanos, da promoção da igualdade racial e a II Conferência da Cidade.

A Coordenadoria da Mulher, criada no ano de 2001, foi reafirmada no Gabinete do Prefeito enquanto instância de coordenação das políticas de gênero do Município. Através dela, pela primeira vez no Recife, as mulheres conquistaram espaços específicos para garantir e ampliar o atendimento de suas demandas. Foi implantado o Programa Municipal de Assistência e Prevenção da Violência contra a Mulher, sendo criados serviços de atendimento direto a esta população, já considerados referência nacional na área, como o Centro de Referência Clarice Lispector, a Casa Abrigo Sempre Viva e o Núcleo Jurídico Bárbara Romina. O número de mulheres atendidas desde a criação do Centro de Referência já alcançou até o primeiro semestre de 2005 a marca de 4.139, além de 15.032 orientações telefônicas.

A perspectiva de gênero também vem sendo incorporada nas políticas municipais de saúde e educação, através de atividades de formação dos profissionais da área e da população em geral, sempre de forma descentralizada e articulada com as mulheres nas seis regiões administrativas da cidade. A inserção das mulheres na política de desenvolvimento econômico também vem sendo garantida no fortalecimento das suas atividades produtivas com a organização de feiras, formação em cursos profissionalizantes e o incentivo às mulheres no acesso ao microcrédito. Além disto, toda a política de melhoria da qualidade de vida das mulheres tem garantido o recorte étnico/ racial, fortalecendo o protagonismo das mulheres negras. Exemplo disto é a formação de 150 mulheres em estética afro em 2004.

As deliberações das diversas conferências realizadas foram consideradas na preparação do Planejamento Plurianual atual, que deve expressar a sistematização da vontade popular em suas previsões temáticas e diretrizes gerais.

O Orçamento Participativo tornou-se a referência efetiva para as decisões do governo, discutindo obras e realizações em grupos específicos, como mulheres, crianças, jovens, negros e negras, que tiveram seu espaço garantido, deliberando sobre mais de R\$ 130 milhões de investimento. O processo registrou, entre 2001 a 2004 cerca de 240 mil participantes. Obras estruturadoras para o Recife foram concretizadas a partir do Orçamento Participativo, como é o caso da revitalização do Cais da Aurora, a continuação do Complexo Viário Joana Bezerra, o revestimento e pavimentação das margens do Canal do Cavouco, a Paralela da Caxangá, a reforma da avenida Caxangá, além de um amplo programa de pavimentação e drenagem, principal tema votado nas plenárias, que obteve como resultado mais de 200 ruas e canais pavimentados.

Toda esta mobilização redundou na criação, ainda no ano de 2005, da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã, que passa a gerir estas políticas de forma integrada, na perspectiva da promoção da cidadania de forma inclusiva para setores historicamente excluídos, como as pessoas idosas, pessoas com deficiência, negros e negras e juventude, garantindo também o direito à diversidade sexual. A segurança cidadã também passa a ser articulada desde esta Secretaria, através da adesão ao Sistema Único de Segurança Pública do Governo Federal, bem como a integração das políticas de prevenção da violência nos diversos órgãos da Prefeitura. A participação da sociedade será garantida pelo fortalecimento e criação de conselhos municipais setoriais.

A mobilização da cidadania também foi estimulada pela estruturação da Coordenadoria do Voluntariado, que construiu canais de participação permanentes junto às diversas secretarias do governo ao longo do último governo. Em 2004 realizou encontro para avaliar sua inserção seu papel e organização, reunindo cerca de 170 voluntários atuantes na cidade junto aos diversos programas governamentais, bem como Seminário Municipal sobre Ação Voluntária, reunindo 200 pessoas diretamente envolvidas. Sua atuação se organiza descentralizadamente, nas regiões administrativas, e se estende sistematicamente às áreas de meio ambiente (capacitação, mutirões de limpeza das praias e dos rios, saúde (apoio às gestantes), educação e cultura (palestras nas escolas, animação cultural nas escolas, apoio ao atendimento nas secretarias) e área social (tráfego de seres humanos - panfletagem informativa, organização dos abrigos e atividades culturais - Projeto Travessia, cadastro social de deficientes físicos e visual), entre outras.

III - A DINÂMICA FÍSICO-TERRITORIAL

Apropriação do ambiente natural

Até a década de 20, o processo de formação e estruturação do Recife ocorreu, em grande parte, condicionado pelos recursos naturais, cuja inserção no ambiente construído agregava valor às práticas urbanizadoras. A partir de então, essas práticas, na maioria das vezes, desprezaram esses recursos, quer como elemento natural quer como parte importante da paisagem construída, resultando em sérios problemas ambientais.

Vem ocorrendo a transformação de ecossistemas frágeis (mangues, matas e estuários) em áreas urbanas, com desaparecimento de manguezais; a ocupação das margens dos rios e canais, inicialmente por mocambos e, atualmente por edificações, interferindo no fluxo dos rios e canais urbanos e na impermeabilização do solo, o que causa enchentes de grandes proporções nas ocupações de entorno.

Além disto, há a ocupação de áreas de encostas, de forma desordenada, com baixo padrão construtivo e uso incorreto do solo, trazendo impactos ambientais, como erosões e ruptura de taludes e supressão da vegetação, com perda de solo de superfície e instabilidade de encostas, contribuindo para uma série de riscos para a população residente. Atualmente, encontram-se identificados e monitorados cerca de 47.000 pontos de risco nas áreas de morros da cidade do Recife, com maior incidência nos morros de Casa Amarela e Ibura.

A substituição gradativa de edificações unifamiliares por edificações multifamiliares sobrecarrega a infra-estrutura existente e o lançamento de esgoto e lixo nos corpos d'água contribui para a poluição hídrica e ocasiona uma baixa qualidade da água dos rios, interferindo na balneabilidade das praias.

Mais recentemente acontece a erosão costeira nas praias da zona sul do Recife, com avanços expressivos da linha da costa e perdas nas faixas de praia. E o aumento da frota de veículos circulantes causa o aumento da emissão de gases poluentes.

A rede hidrográfica confere peculiaridade ao Recife. Esta é tão importante para a cidade como as redes de infra-estrutura e serviços. O Recife carece de uma política contínua de intervenção nos cursos d'água, com destaque para o Rio Capibaribe e seu estuário por razões históricas e importância paisagística, conformando identidade central do Recife.

Conforme já analisado no Plano Plurianual anterior, os mesmos elementos que, poluídos, contribuem para a insustentabilidade da cidade, dão ao Recife um charme particular e um encanto que atraem os seus habitantes e os que a visitam. Os rios que cortam a cidade, formando desenhos sinuosos; a praia urbana com sua faixa de areia e seus coqueirais; as lagoas e os açudes; os mangues e os canais que se espalham pela cidade

lhe proporcionam uma beleza peculiar e justificam a expressão: **cidade das águas**.

O curso de degradação do ambiente pode ser refreado mediante políticas públicas de controle ambiental e sensibilização da população, do comércio, da indústria e dos serviços que se desenvolvem na cidade de forma a recuperar e prevenir danos irreparáveis, a curto, médio e longo prazos, o que mais uma vez aparece como prioridade nos projetos para o período.

Saneamento ambiental

Parte significativa da população recifense vive em más condições ambientais, o que repercute sobre a qualidade de vida da população, especialmente para aqueles que habitam nas áreas pobres da cidade. A classe média, através de soluções individuais, consegue manter-se a certa distância desses problemas, o que de certa forma mascara a situação e a dificuldade da gestão pública no setor.

Com relação ao abastecimento de água, os números relativos a esse serviço são preocupantes e mostram que, a cada ano, a situação se agrava. Segundo o IBGE, em 1991, 94,7% dos domicílios do Recife estavam ligados à rede de água; 2,0% eram abastecidos por poço ou nascente e 3,3% por outras formas. Em 2000, o percentual de domicílios ligados à rede caiu para 88,0%. Em compensação o de abastecidos por poço ou nascente subiu para 9,6% enquanto o número relativo a outras formas de abastecimento d' água caiu para 2,4%.

Entre a população de baixa renda, a necessidade de armazenamento de água, aliada à ausência de instalações hidráulicas e sanitárias adequadas agravam as condições de higiene, com rebatimento na saúde desses consumidores. Também a perfuração de poços "rasos", leva às residências água contaminada, em sua grande maioria, sendo portanto imprópria para consumo humano.

O Recife possui apenas 30% de sua área coberta com rede pública de esgotos, restrita ao centro da cidade e a bairros de maior poder aquisitivo. A partir da década de 1980, com o surgimento do Modelo Condominial, foram construídos cerca de 72 sistemas pela Prefeitura do Recife e pelo Governo do Estado. A Secretaria de Saneamento do Recife constatou a existência de 67 desses sistemas operando de forma precária, ou mesmo paralisados, prejudicando 120 mil usuários.

Segundo o IBGE, em 2000 apenas 42% dos domicílios do Recife estavam ligados à rede geral de esgotos. Nesse mesmo ano, 46,6% dos domicílios dispunham de fossa séptica, 7,8% de fossa rudimentar e 2,7% não dispunha de banheiro. Pode-se afirmar que mais de um milhão de pessoas no Recife não possuem serviço de esgotamento sanitário.

Cabe registrar que os bairros Cohab, Ibura e Jordão, onde ocorreu crescimento populacional elevado na última década, apresentam maiores índices de domicílios com precário escoamento sanitário.

Quanto à coleta dos resíduos sólidos no Recife, ela pode ser considerada relativamente satisfatória. Os principais elementos da problemática dos resíduos sólidos no Recife são: o alto custo da coleta e do destino final, o caráter ainda limitado da coleta seletiva e, sobretudo, o destino final dos resíduos que fica fora do território municipal.

Com base neste quadro mais geral, a organização do último período governamental ocorreu no sentido de aproximar a gestão da administração do saneamento, buscando compartilhá-la e operando de forma mais efetiva. A gestão dos recursos financeiros direcionados para esta área motivou a recente proposição de autonomizar esta secretaria, com a criação de uma autarquia que venha a permitir concessão e gestão compartilhada dos serviços de água e esgoto no Município do Recife, preenchendo uma lacuna histórica e assegurando à Prefeitura uma participação decisiva na administração desses serviços.

Áreas de preservação ambiental e espaços públicos

Dentro da visão de proteção ambiental, a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife (16.176/96), definiu as Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPA 2), nas quais o município institui suas Unidades de Conservação tendo em vista a preservação de suas características ambientais. O quadro abaixo apresenta as Zonas Especiais de Proteção Ambiental:

Nº DA ZEPA	NOME ZEPA	LOCALIZAÇÃO (BAIRROS)	ÁREA (HA)
TOTAL			6.661,66
1	Laçoa do Araça	Imbiribeira	14,20
2	Parque dos Manguezais	Pina	212,84
3	Vila Tamandaré	Estância	8,50
4	Parque do Rio Jordão	Imbiribeira/Boa Viagem	
5	São Miguel Afogados	Afogados	18,77
6	Parque do Jiquiá	Jiquiá	54,50
7	Ilha Joana Bezerra	Ilha Joana Bezerra	3,51
8	Mata do Barro	Barro	224,20
9	Engenho Uchôa	Tejipió	192
10	Mata da Várzea	Várzea	713,17
11	Jardim Botânico	Curado	113,66
12	Dois Unidos	Dois Unidos	52,14
13	Reserva Ecológica Dois Irmãos	Dois Irmãos	467,82
14	Guabiraba Pau Ferro	Guabiraba	3.674,20
15	Caxangá	Caxangá	102,20
16	Praia Do Pina / Boa Viagem	Boa Viagem	57,48
17	Sítio dos Pintos	Sítio Dos Pintos	51,30
18	Mata da Várzea / Curado	Várzea	409,88
19	Mata do Circulo Militar	Curado	293,19
20	Iputinga / Apipucos	Apipucos	31,71
21	Área Estuarina do Rio Capibaribe	-	129,30

Fonte: PCR / SEPLAM / DIRBAM

A preservação dos remanescentes da Mata Atlântica é de grande importância uma vez que a sua degradação tem conseqüências graves no abastecimento d'água, na proteção contra erosão e deslizamentos e, no risco de extinção da flora e fauna. Contribui também para o assoreamento dos rios, canais e estuários, agravando os problemas de alagamento na planície.

No entanto, as características ambientais estão, também, fortemente relacionadas à existência de áreas verdes, em lotes privados, basicamente compostos por pomares e canteiros de plantas ornamentais.

Os imóveis instituídos como IPAVs pela Lei Nº 16.176/96 incorporam parte dessa parcela de cobertura vegetal que contribuem para a amenização do clima e qualidade paisagística da cidade.

A maioria das praças com maior área verde concentram-se nos bairros de Casa Forte, Graças, Jaqueira e Dois Irmãos. O estado de conservação dessas áreas está diretamente relacionado com a sua localização. Assim, é nos bairros de renda alta e média que estão localizadas aquelas em bom e regular estado de conservação.

A melhora do espaço público é uma das maneiras de que dispõem as administrações para conseguir melhoria efetiva nas condições de vida da população mais desfavorecida. É o espaço público que diferencia uma cidade da outra, conferindo-lhe identidade própria. A identidade urbanística de uma cidade favorece o aumento da auto-estima da população local e aumenta as chances de atração de negócios e investimentos externos.

A ocupação do solo urbano

Estudos para o Plano Diretor, em 1991, assinalavam que o Centro Expandido, Boa Viagem, Derby, Espinheiro, Graças e Aflitos, Torre e Madalena e proximidades da Av. Caxangá abrigavam as maiores áreas construídas.

Na década passada, esses bairros mantêm a sua trajetória de concentração, à exceção de alguns bairros do Centro Expandido. Mas, outros bairros passam a conhecer acréscimos significativos em termos de área construída.

Em 1996, as maiores áreas construídas concentravam-se em Boa Viagem (929.832 m²), seguido pela Boa Vista (832.808 m²), Imbiribeira (576.697 m²), Santo Amaro (535.696), Santo Antônio (676.038) e São José (537.139m²). No entanto, levando em consideração o ano 2003, Boa Viagem apresentou um crescimento de 43%, Imbiribeira e Santo Amaro de 49% e os demais bairros com crescimento inferior a 20%, sendo que o Bairro de Santo Antônio não conheceu acréscimo de área construída. Chama a atenção o incremento ocorrido na Ilha do Leite (163%), em decorrência do Pólo Médico, e Ilha de Joana Bezerra, que tinha uma área construída, em 1996, na ordem de 1.500 m², passando em 2003, para 48.300 m². Esse crescimento deve ser creditado à implantação dos edifícios do Fórum e Associação dos Amigos com Deficiência (AACD).

Destacam-se, ainda, os acréscimos no período 1996/2003, de Casa Forte, (283%), Arruda, Torreão e Ipsep (em torno de 150%).

Dentre as áreas pobres situadas na periferia, chama a atenção os acréscimos, no período considerado, nos seguintes bairros: Passarinho (517%), Macaxeira (313%), Guabiraba (283%), Mangabeira (377%), Mangueira (175%), Dois Irmãos (140%), Sítio dos Pintos, Ponto de Parada, Porto da Madeira (todos em torno de 100%).

O processo de verticalização e de adensamento construtivo da cidade vem se realizando de forma indiscriminada em parte do seu território. Na maioria das vezes, ocorre de forma incompatível com a paisagem e com a capacidade das estruturas urbanas. A resposta da municipalidade foi a Lei dos Doze Bairros, que define critérios para a construção em 12 bairros da Região Noroeste (RPA 3) da Cidade.

Essas estruturas excessivamente verticalizadas não guardam uma relação com o parcelamento do solo, resultando, na maioria das vezes, no confinamento dos espaços públicos e em más condições de vida de forma geral.

Além disso, no caso específico de Boa Viagem, o conjunto de prédios erguidos na Avenida Beira Mar impossibilitam a vista para o mar para aqueles que não habitam na orla e ocasionam sombra na praia após as duas horas da tarde.

Nas áreas formais da cidade, constata-se que há uma coincidência entre as manchas com maiores densidades construtivas, maiores coeficientes de aproveitamento e maiores alturas.

Já nas áreas informais, mais particularmente nos morros, verifica-se que, apesar de apresentarem altos coeficientes de aproveitamento, não são verticalizados, o que indica uma ocupação maciça dos terrenos.

A espacialização das atividades econômicas

A dinâmica de localização das atividades comerciais, de serviços e industriais conheceu, ao longo do tempo, profundas transformações. Até a década de 70, o centro abrigava as principais atividades econômicas e institucionais.

Com a emergência de um dinâmico mercado imobiliário direcionado às classes médias, os bairros do Espinheiro, Graças e Boa Viagem tornaram-se áreas privilegiadas para esses investimentos imobiliários. Tal processo significou a migração do terciário "nobre", que se localizava na área central, para esses bairros. Ao mesmo tempo, contribuiu para a expansão, na área central e seu entorno, das atividades comerciais e terciárias direcionadas para os segmentos populares.

Essa concentração de atividades comerciais e de serviços na área central foi fortemente impulsionado pelas maiores facilidades de mobilidade, o que contribuiu para uma certa estagnação dos centros secundários - Encruzilhada, Afogados e Casa Amarela.

Mas recentemente, com a expansão do mercado para outros bairros, particularmente para Torre, Madalena, Aflitos, Tamarineira, Parnamirim, Santana e Casa Forte, as atividades comerciais e de serviços foram se instalando, particularmente, nas suas principais vias de acesso.

O Centro Principal ainda agrega grande parte dessas atividades. Além do comércio atacadista e varejista, nessa área localiza-se parte considerável dos órgãos públicos, instituições financeiras e unidades de ensino públicas e particulares, bem como parcela importante dos equipamentos relacionados ao turismo, ao lazer e à cultura.

Vizinho ao Centro Principal, o Pólo de Saúde é um elemento de atração de fluxo. Esse Pólo que, inicialmente, instalou-se nos bairros da Ilha do Leite e Paissandu (originado no século XIX com duas unidades hospitalares nos seus extremos: o Hospital Pedro II, nos Coelhos e o Hospital Português, no Paissandu), estendeu-se territorialmente, na direção da margem esquerda e parte da margem direita do Rio Capibaribe. Seguindo assim a tendência de localização da população de maior poder aquisitivo, usuária de serviços privados de saúde, característica mais marcante desse Pólo.

Na direção sul, em Boa Viagem, destaca-se a concentração de equipamentos de lazer e cultura (hotéis, cinemas, bares, restaurantes e feiras típicas), em função da atratividade turística do bairro. Atividades educacionais também estão presentes, com equipamentos direcionados à população de rendas média e alta. Além dessas atividades, observa-se a presença de serviços de saúde, especialmente clínicas. Ao longo da Avenida Mascarenhas de Moraes continuam a se destacar as transportadoras, responsáveis pelo tráfego pesado da área.

Ainda na Zona Sul, subindo os morros, o uso habitacional é mais marcante, sendo o comércio de tipo local. Na Zona Norte acontece o contrário, pois os Centros Secundários da Encruzilhada, de Casa Amarela, Beberibe e de Água Fria constituem importantes pólos de comércio e de serviços diversificados -, como feiras livres, farmácias, armazéns de materiais de construção, bancos, serviços de assistência técnica e supermercados, concentrados nas imediações dos mercados públicos e nas principais vias locais.

De forma semelhante à dinâmica existente em Casa Amarela, o Centro Secundário de Afogados representa uma área de comércio popular, bastante dinâmico, com grande número de atividades concentradas em torno do Mercado Público, Largo da Paz, Biblioteca Municipal e ao longo das vias principais.

Outra área que se destaca por apresentar um uso diferenciado é o eixo da Avenida Caxangá, que abriga atividades comerciais e de serviços diversificados, com um número expressivo de revendedoras de automóveis, assim como de atividades ligadas à saúde. Vale salientar a política dos Distritos Industriais promovida pela Sudene a partir dos anos 60, responsável pela instalação de atividades industriais no Distrito Industrial do Curado, na margem da BR 232, em conurbação com Jaboatão.

Nas demais áreas da cidade, não é significativa a presença de outros usos além do habitacional ou do comércio de bairro.

Áreas urbanizáveis, vazios urbanos e o processo informal de ocupação

Toda a extensão territorial do município do Recife é considerada Zona Urbana. Entretanto, ainda existem muitos imóveis rurais, cadastrados apenas pelo INCRA, alguns com dezenas, outros com centenas de hectares, alguns já loteados, outros que ainda resistem ao parcelamento para fins urbanos.

Estão localizados nas proximidades das rodovias BR101, BR 232 e BR 408 (TIP-Curado), a oeste da BR101 e nos limites com Jaboatão, Camaragibe (Aldeia) e Paulista. Algumas dessas áreas estão protegidas por legislação estadual de proteção de mananciais e reservas ecológicas, o que implicará em parâmetros mais restritivos de parcelamento, ocupação e uso para fins urbanos. Outras, entretanto, integram a fronteira de conurbação e de transbordamento do tecido viário do município do Recife.

A dinâmica urbana do Recife nos últimos trinta anos, gerou, também, edificações vazias ou subutilizadas, merecendo atenção especial as que se situam nos bairros centrais da cidade, particularmente aquelas que conheceram um processo de obsolescência funcional (antigas fábricas, pátios ferroviários, antigas instalações militares, armazéns portuários) e que apresentam um grande potencial para reutilização.

Tal situação não é uma especificidade da cidade do Recife. Acontece, praticamente, em todas as cidades brasileiras. Não sem razão o Estatuto da Cidade estabeleceu instrumentos com o objetivo de combater a especulação fundiária e imobiliária.

Segundo o Cadastro de Áreas Pobres (PCR/URB; UFPE/FADE, 1998) 659.076 habitantes (46,32% dos habitantes do Recife) ocupam 154.280 moradias em 421 assentamentos de baixa renda, apresentando a carência de infra-estrutura e serviços urbanos, além de irregularidades quanto à propriedade e/ou às condições de ocupação do solo. Do total destes assentamentos somente 252 compõem as 66 Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS.

A impossibilidade de ascensão sócio-econômica de muitas famílias e sua dificuldade para se manter em áreas com acesso a serviços e oportunidades de trabalho e renda vêm acarretando a intensificação da autoconstrução nos assentamentos em áreas centrais, num processo de adensamento.

As necessidades habitacionais do Recife estão expressas no déficit habitacional - 15,7%, bem acima da média nacional (10,1%), e principalmente na inadequação de habitações quanto à infra-estrutura - 64,4%, também acima da média brasileira (45,1%).

Sistema de transporte e trânsito

O crescimento do Recife tornou o padrão da mobilidade urbana mais complexo em decorrência dos aumentos das distâncias das viagens e das funções que o cidadão moderno exerce, ocorrendo à redução proporcional do centro da cidade como pólo de atração de viagens. Tal tendência, prevista no Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU de 1982) projetou no município núcleo da RMR o fortalecimento dos eixos radiais preexistentes, através da sua melhoria qualitativa e a constituição de vias paralelas, bem como a construção de perimetrais de interligação entre municípios e bairros evitando o centro (1^a, 2^a, 3^a e 4^a perimetrais).

Cidade histórica, que se expandiu a partir do núcleo comercial utilizando vias espremidas entre seu casario, o Recife dispõe de uma malha viária radial de reduzida capacidade de tráfego, entrecortada por uma série de artérias transversais que multiplicam o número de interseções e reduzem a velocidade operacional de circulação dos veículos - o município não dispõe de vias expressas. Pesquisas efetuadas pela CTTU evidenciam esse fato, mostrando a significativa participação do tempo gasto pelos automóveis nas interseções em relação ao tempo total de retardamentos ocorridos durante as viagens: algo em torno de 74% do tempo total de retardamentos (rodas paradas) registrados no sistema estrutural, nos períodos de pico, ocorrem nas interseções semaforizadas da cidade. Isso devido a quantidade de cruzamentos e a fatores diversos ligados a operação e a geometria da via.

A questão da melhoria do acesso para induzir a expansão de moradias e de atividades comerciais no Centro Expandido da Cidade, notadamente no Bairro do Recife, passa pela definição de uma política específica de estacionamento, fator bastante demandado pela comunidade.

Por outro lado, as prioridades ofertadas para o transporte público de passageiros nas últimas décadas resultaram no benefício de trechos isolados, espalhados no espaço urbano; faltou a visão sistêmica da necessidade da estruturação de uma rede livre de congestionamentos. Enquanto isso a entrada em funcionamento da linha do metrô que acompanha a Avenida Mascarenhas de Moraes terá um impacto extremamente significativo sobre a área sul da cidade, requerendo uma reestruturação da malha de transporte local, assim como planos específicos de requalificação e/ou de renovação urbana de sua zona de sua influência.

A utilização de instrumentos do planejamento urbano, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir, no controle e/ou indução do adensamento em determinadas áreas, surge como uma importante estratégia de espalhamento da matriz de viagens, evitando o agravamento da concentração do tráfego em alguns corredores urbanos, reduzindo assim o impacto do crescimento da cidade nas futuras necessidades de transporte do município.

IV – CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Cultura

Entre as manifestações culturais do Recife a música se destaca, sobretudo após o resgate de sons regionais que, misturados com a música pop, vêm chamando a atenção da mídia nacional para o som regional/local. O Movimento *Mangue Beat* proliferou através do surgimento de várias bandas regionais, em que se destacam ritmos locais como o maracatu, o coco e o forró. Assim, o Recife se consolida como centro aglutinador e disseminador de novas e tradicionais tendências culturais.

Tradicionalmente as ações e os equipamentos voltados para as manifestações culturais se localizam no centro do Recife, sobretudo quando dos eventos de grande visibilidade como Carnaval, festivais e outros.

Mais recentemente, vêm sendo implantados outros centros culturais. Esses são as âncoras nas regiões da cidade, de atividades temporárias, como o carnaval, e nas atividades permanentes inseridas em Festivais e Mercados Multiculturais, de forma a garantir o escoamento e a visibilidade da produção cultural de cada localidade, além da realização de oficinas, que propiciam oportunidades de profissionalização (para jovens de 16 a 25 anos, prioritariamente).

Os Centros Multiculturais consolidam espaços físicos, situados em Parques, onde as ações de formação técnica e artística nos seus diversos segmentos garantem a continuidade dos Festivais Multiculturais, possibilitando atualização dos profissionais, instigando o debate sobre a produção e difusão cultural, permitindo-lhe visibilidade e comercialização.

Do ponto de vista dos equipamentos culturais, outros setores se afirmam e fazem parte da agenda cultural do Recife, como o Museu de Arte Moderna Aluísio Magalhães – Mamam, e os festivais de cinema, de dança e de teatro, que projetam a cidade para além de suas fronteiras. Essa base cultural do Recife se apresenta com perspectivas econômicas, dadas suas raízes nacionais e históricas.

Quanto às manifestações culturais praticadas ao ar livre, convém registrar que ainda são insuficientes os espaços livres para o esporte, o lazer e a recreação na cidade.

No âmbito dos esportes, o Recife vem redescobrendo espaços para sua prática com a recuperação de praças, parques, pistas de corrida, *skate* e patins, e os campos de pelada, que são espaços de lazer, sobretudo, nos bairros periféricos da cidade, além do resgate de brincadeiras populares e antigas como meio de preservação da memória lúdica pernambucana.

Da mesma forma, a atenção tem se voltado para a qualificação dos espaços públicos para a realização de atividades de lazer e esportivas, garantindo a ampliação do acesso à população a atividades desportivas e de convivência social.

Patrimônio histórico

O Recife é uma cidade cuja origem remonta ao início da colonização brasileira. Seu território mantém, ainda hoje, edificações e conjuntos urbanos de reconhecido valor histórico, arquitetônico e cultural. Remanescentes de diversos períodos de sua urbanização são testemunhos dessa história e da criatividade dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira e recifense.

O ambiente construído da cidade, como parte integrante de um todo chamado Paisagem Urbana, é resultante de uma síntese dos objetos, atributos e relações que dão forma e expressão ao espaço físico, econômico, social e cultural, resultantes da apropriação do ecossistema original da cidade, no processo coletivo de sua criação, dispostos ao longo do tempo e do espaço.

Da observação e revelação das diferenciadas ambiências ou paisagens urbanas, é que se compreendem as existências de áreas de preservação e de proteção do patrimônio histórico-cultural, como testemunhos da origem e do desenvolvimento do ambiente construído. A preservação desse patrimônio (histórico, cultural, ambiental e paisagístico) está diretamente vinculada à melhoria da qualidade de vida da população, pois a preservação da memória é também uma importante demanda social. Constitui, assim, uma atividade de interesse urbano definidora das funções sociais da cidade e do bem estar coletivo.

V - Modelo de Gestão, Planejamento e Acompanhamento

Orçamento Participativo e demais fóruns de planejamento e gestão

O Planejamento e a Gestão do município do Recife estão hoje apoiados por um sistema de participação que se realiza a partir de dois formatos:

a) Os Fóruns e Conselhos municipais de participação cidadã dos quais participam representantes do poder público e da sociedade civil e cuja função é definir diretrizes, deliberar e, alguns deles, administrar os respectivos fundos. São eles: o Fórum do Programa de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (Prezeis); o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), o Conselho do Meio Ambiente (COMAM) e os conselhos setoriais das diversas áreas.

b) O Orçamento Participativo - cujo espaço de diálogo com a sociedade são as dezoito microrregiões agrupadas em seis Regiões Político-Administrativas - RPA, os Fóruns Temáticos, as Conferências Setoriais e a Conferência da Cidade.

A partir de 2001, a gestão municipal elegeu o Orçamento Participativo como instrumento central de descentralização das suas atividades.

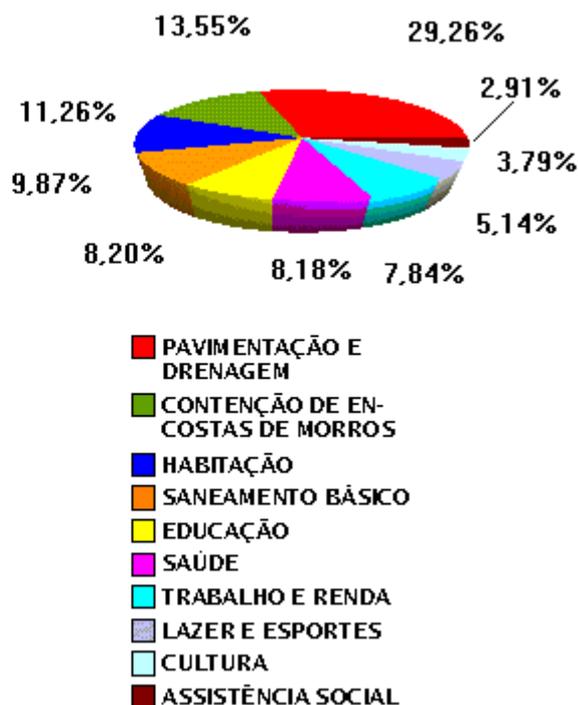
O Ciclo do Orçamento Participativo do Recife consiste numa seqüência de reuniões que ocorrem a cada ano. No primeiro semestre, o Ciclo é composto de reuniões onde há a participação direta da população, onde qualquer cidadão tem direito a votar e ser votado. São as Reuniões de Metodologia, e as Plenárias Regionais, Intermediárias e Temáticas. Já durante todo o ano, ocorrem reuniões com a participação de representantes da sociedade - os delegados - através dos Fóruns Regionais e Temáticos e do Conselho da Gestão Democrática do Orçamento Público.

De janeiro a março de cada ano ocorrem reuniões sobre a metodologia do OP. Depois, até junho, realizam-se as Plenárias Regionais, em que são definidas as prioridades de investimentos dentre os diversos setores de atuação do poder público e a definição do número de delegados que serão eleitos para o Fórum de Delegados, conforme o número de participantes das Plenárias Regionais. De abril a julho ocorrem as plenárias Intermediárias, em que são definidas as ações de maior prioridade dentro das prioridades temáticas indicadas na Plenária Regional. Também são eleitos os delegados da área para compor o fórum do programa. Em junho realizam-se as Plenárias Temáticas, em número de sete - educação, saúde, assistência social, desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano e ambiental, mulher e cultura. Estas são abertas a toda a população e buscam realizar uma discussão do Município como um todo, definindo políticas e diretrizes setoriais. Como no processo das regionais, o número de delegados é

proporcional à quantidade de pessoas presentes nas reuniões, na razão de um delegado para cada dez participantes. Em julho e agosto o novo fórum de delegados se instala, para discutir e votar em agosto e setembro a matriz orçamentária no Conselho do Orçamento Participativo, que vai à Câmara de Vereadores. Em dezembro, discute-se o Plano de Investimentos.

A seguir, o quadro das prioridades temáticas da Cidade do Recife 2005:

PRIORIDADES TEMÁTICAS DA CIDADE DO RECIFE 2005	
TEMA	PONTOS
1 PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM	59306
3 CONTENÇÃO DE ENCOSTAS DE MORROS	27458
2 HABITAÇÃO	22830
6 SANEAMENTO BÁSICO	20003
7 EDUCAÇÃO	16615
4 SAÚDE	16589
5 TRABALHO E RENDA	15881
8 LAZER E ESPORTES	10409
9 CULTURA	7678
10 ASSISTÊNCIA SOCIAL	5904
TOTAL	202673



Comitês Gestores e metodologia do modelo de gestão

Considerando a complexidade da tarefa a ser enfrentada pelo governo e a decisão de que a pauta do planejamento e do modelo de gestão fosse uma prioridade política e administrativa, foram estabelecidos parâmetros para instituir a cultura gerencial pretendida:

- Foco no cidadão em oposição à gestão centrada em normas e procedimentos, em geral alheia às necessidades da população;
- orientação para resultados e não a procedimentos e rotinas que são difíceis de terem sua eficácia mensurada;
- ampliação da responsabilização gerencial para valorizar o exercício da atividade profissional dos gestores e servidores públicos;

- ampliação da formação dos profissionais como forma de gerar níveis maiores de autonomia e iniciativa;
- instituição de um processo de aprendizagem organizacional gerador de mudanças em métodos e processos de trabalho;
- desenvolvimento de lideranças e competências organizacionais que impulsionem o "saber fazer" existente na administração;
- criação de formas participativas de gerenciamento que reforcem o trabalho coletivo, a delegação e a descentralização;
- aproximação da prestação dos serviços ao cidadão através da descentralização regional;
- ampliação da flexibilidade administrativa para responder com mais agilidade e eficácia às demandas da cidadania e;
- ampliação da transparência administrativa e do controle social, de forma combinada com o aprofundamento de processos de descentralização, para permitir maior proximidade entre Estado e Sociedade.

A tradução operacional dessas premissas da ação governamental foram estruturadas em uma metodologia de implementação do modelo de gestão a ser aprovada pelo governo durante seminários de planejamento estratégico ao longo de 2005. Esta Metodologia está amparada nos seguintes elementos:

- Qualificação para desenvolver análises organizacionais: capacitação dos gestores em metodologias e instrumentos para construir análises de realidade que embasem sua ação;
- Desenvolvimento do foco estratégico da gestão e seu planejamento: definição das marcas e eixos estratégicos para orientar o planejamento e os esforços organizacionais de todo o governo;
- Uniformização e padronização da metodologia de gestão: definição um padrão gerencial para racionalizar e simplificar o funcionamento da estrutura administrativa, além de permitir de forma mais clara a comparação de desempenho entre as diversas áreas. Estabelecer um processo rigorosamente padronizado, eficaz por permitir o controle, democrático e participativo por envolver os principais gestores de forma integrada e confiável para estabelecer a segurança necessária no tratamento das ações;
- Estruturação dos fóruns gerenciais: Construção de instâncias de organização coletiva e descentralizada do trabalho, que contribuem

para criar uma sistema de controle, apropriação e fortalecimento do modelo de gestão em toda a administração;

- Utilização de sistema *on line* de gestão: administrar uma estrutura complexa e formada por várias unidades organizacionais em diversos níveis hierárquicos e localidades distantes entre si, exige a adoção de um sistema ágil e confiável de informações gerenciais, o Portal de Gestão, onde devem ser detalhados os projetos das diversas áreas bem como os estratégicos, seu monitoramento, indicadores, registros de reuniões, eventos e agendas;

- Estruturação de um sistema de educação permanente dos servidores: para garantir um processo de desenvolvimento estratégico sustentado na valorização da cidadania no trabalho como mote central de sua sustentação.

- Desenvolvimento das habilidades de liderança e gestão: qualificação das lideranças coletivas em todos os órgãos, qualificando-a para agir com base em instrumentos e ferramentas de gestão que ampliem a eficácia das ações, sustentadas na ampliação da responsabilização, descentralização e delegação.

- Avaliação do planejamento governamental: estabelecimento de uma metodologia para avaliar e medir resultados, rever metas e definir ações com base em informações derivadas da análise de indicadores. Essa avaliação também contribui para ampliar a responsabilidade dos administradores ao aferir o seu próprio desempenho.

- Envolvimento dos profissionais com a construção do modelo de gestão: criação de mecanismos de participação que contribuam para ampliar a descentralização gerencial, a delegação e ampliar os níveis de responsabilização.

Para tanto, as estruturas criadas para dar concretude à metodologia do modelo de gestão, acompanhamento e desenvolvimento estratégico e que também estão sujeitas à aprovação do governo para sua implantação integral se apresentam a seguir:

a) Coordenação de Governo, que reúne sistematicamente o Prefeito e o Vice Prefeito com os secretários das áreas consideradas estratégicas para o governo.

b) Secretariado, que reúne sistematicamente o Prefeito e o Vice Prefeito com os secretários titulares das áreas do governo.

c) Fórum de Governo, que reúne sistematicamente os Secretários, os presidentes de empresas e autarquias e os Coordenadores.

d) Conselho de Política Financeira, que realiza a análise da execução orçamentária, análise e definição de ações relativas ao previsto e realizado das despesas e receitas, e delibera sobre liberação de valores solicitados pelos órgãos do governo, apresentando sugestões ao Prefeito, à Coordenação de Governo e ao Secretariado de medidas relacionadas ao assunto.

e) Fóruns Temáticos

Reunindo sistematicamente Secretarias, Empresas e Coordenações que atuam em áreas afins, constituem instâncias de formulação e deliberação de políticas integradas, devendo ser instituídos pelo menos quatro fóruns integrados - Políticas Sociais, Infraestrutura, Atividades Meio e Planejamento/ Desenvolvimento.

Constituem importantes núcleos de formulação das políticas, sendo cenário muitas vezes de resolução de problemas complexos, que a setorialidade não dá conta de esgotar, assim como responsável pela proposição de soluções criativas superando um contexto de alternativas técnicas, por um lado, e carências financeiras, por outro. Também é o espaço privilegiado de disputas conceituais e de articulação de políticas e ações para a constituição do projeto político.

f) Comitê Gestor

É uma estrutura coletiva de trabalho através da qual deverão ser efetivadas formas de gestão que propiciem o envolvimento e comprometimento do grupo gestor nas propostas de ações e resultados decorrentes. É uma instância de consulta e apoio ao gestor, onde são geradas as diretrizes de atuação da área, reunindo cada titular de órgão e seus assessores e diretores na construção da proposição e gerenciamento do Plano de Ação Imediato, do Planejamento Estratégico, na construção de Indicadores Estratégicos, sempre propondo ações e oportunidades de melhorias. É o momento para debater e aprofundar temas específicos da área e definir correções nas ações frente à avaliação dos serviços. Cada diretoria e gerência, no desdobramento do trabalho, deve instalar comitê gestor com as mesmas atribuições, consolidando em todos os níveis da gestão a análise e a deliberação coletiva.

O Comitê Gestor trabalha na construção das marcas de governo, identificando os símbolos concretos que permitirão à população reconhecer e perceber o resultado dos trabalhos realizados pela organização ao longo da gestão. Isso exige a priorização de eixos gerais de atuação que orientam os projetos e demais ações.

Os projetos de melhoria a serem estabelecidos nesta instância logo em seguida, a partir do reconhecimento dos problemas a serem enfrentados, sua extensão e causas, representam o detalhamento uniforme de todas as ações propostas. Devem responder às seguintes questões: o que, por que, como, quem, onde, quando, quanto, e realizar a verificação do resultado pretendido.

Finalmente, a construção do sistema de indicadores, a representação quantificável da qualidade, produtividade e confiabilidade de um produto ou serviço capaz de expressar o seu nível de desempenho, julgado e estabelecido a partir das necessidades e demandas existentes, é o próximo desafio do comitê gestor, pois este procedimento garantirá o acompanhamento e o controle dos resultados das ações realizadas, alimentando o planejamento estratégico e atualizando-o permanentemente.

A Conferência da Cidade e o Plano Diretor

A cidade do Recife acumulou, nos últimos 50 anos, uma rica experiência de planejamento normativo e gestão, essencialmente voltados para os planos e legislações de ordenamento físico-territorial, controle do parcelamento, da ocupação e do uso do solo, e para ampliação e operação de serviços e da infra-estrutura urbana.

Em 1998, a Prefeitura promoveu a elaboração de um Plano Estratégico para o Recife, o chamado Projeto Capital, seguindo o "modelo Catalão". Realizado em dez meses, concluído e aclamado em março de 1999, e também apoiado por um grande esquema de participação, o Projeto Capital teve um específico Conselho Coordenador, apoiado por uma Câmara Técnica e por um Fórum com cerca de 250 representantes da sociedade. Inexplicavelmente, esse Plano Estratégico teve sua implementação interrompida poucos meses após sua apresentação à sociedade.

O atual Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife - PDCR, (Lei nº 15.547/91) teve sua elaboração entre os anos de 1989 (Termo de Referência) e 1991 (Proposta do Executivo, Processo Legislativo e Aprovação), com uma ampliada participação da sociedade, através de três grandes comissões, num total aproximado de 80 representantes de órgãos públicos e de entidades representativas dos diversos grupos sociais.

Embora legitimada por essa expressiva participação da sociedade, a proposta do Executivo foi profundamente modificada durante sua tramitação no Legislativo, no segundo semestre de 1991. Esse PDCR, mesmo representando um importante referencial do planejamento urbano desta cidade, não teve satisfatória implementação, execução, nem acompanhamento. Sua utilidade foi muito limitada, quase exclusivamente como embasamento legal para a (nova)

Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS nº 16.176/96, que somente veio a ser elaborada durante o ano de 1995.

Considerando o Estatuto da Cidade, que indica a revisão periódica do Plano Diretor, a necessidade de rever objetivos, metas, procedimentos e estratégias, bem como a dinâmica urbanística da cidade, que exige ajustes para o trabalho do governo, em 2005 este plano está sendo revisto, a partir da realização do II Congresso da Cidade e da I Conferência do Plano Diretor da Cidade do Recife.

A Conferência se reveste de importante significado na medida em que oferece oportunidade para que a cidade reflita, discuta, opine e defina o que deve ser feito para que todos possam viver numa cidade melhor, mais justa, mais bonita, mais saudável, mais atraente e prazerosa.

O primeiro momento da revisão do plano diretor se deu através de um amplo diagnóstico, setorial e preliminar, produzido por grupos de trabalho temáticos compostos por integrantes dos órgãos da administração municipal, nos temas relacionados a seguir:

- | GT Território, discutindo os temas: uso e ocupação do solo, habitação, meio ambiente.
- | GT Cidade Saudável, discutindo saneamento, política de saúde, meio ambiente, drenagem, resíduos sólidos.
- | GT Desenvolvimento Econômico, com foco em geração de trabalho e renda, cadeias produtivas da cultura, turismo, abastecimento.
- | GT Cidadania, discutindo temas da educação, da segurança, da assistência e inclusão social, de esporte e lazer.

Em seguida, técnicos e consultores contratados realizaram estudos e diagnósticos necessários para o embasamento técnico especialista, sobre a leitura morfológica e tipológica da cidade, macrozoneamento e projetos especiais, diagnóstico do modelo de gestão, política municipal de habitação e sistema de informações.

Para a proposição de um projeto de lei preliminar para o plano diretor, novos grupos de trabalho foram constituídos, desta vez agrupando os temas da seguinte forma:

- | GT Território, com três sub-Grupos: 1 - Paisagem Urbana, 2 - Saneamento Ambiental e 3 - Mobilidade, discutindo os temas: uso e ocupação do solo, meio ambiente, saneamento ambiental, transporte e trânsito, drenagem, resíduos sólidos.
- | GT Gestão, discutindo os temas: modelo de gestão do Plano, mecanismos de democratização da gestão urbana, sistema de informações.
- | GT Desenvolvimento Econômico e Cidadania, discutindo os temas do conteúdo econômico: geração de trabalho e renda, atividades econômicas, turismo, cultura e aqueles de conteúdo mais

específico, "setorial", da Lei com enfoque físico-espacial: educação, saúde, assistência social, habitação.

A Conferência Municipal do Plano Diretor ocorreu simultaneamente à II Conferência da Cidade do Recife, e reuniu um total de 570 delegados, 80% destes representantes da sociedade civil, para garantir que o processo de planejamento leve em consideração as diversas concepções de cidade e para contemplar a negociação dos interesses dos diversos setores, obtendo assim uma visão ampla de cidade.

Conforme a apresentação do documento base elaborado pelo governo para fundamentar a discussão, a proposta é "construir um planejamento a partir dos potenciais sociais, econômicos e ambientais, para garantir, tanto no presente quanto no futuro, o uso democrático e sustentado dos recursos disponíveis"(2004).

Planejamento Plurianual 2006 - 2009

Os princípios, diretrizes e objetivos gerais da política urbana, assim como as diretrizes setoriais da política urbana - desenvolvimento econômico, políticas sociais e infra-estrutura urbana que constituem as bases do documento preliminar do Plano Diretor são inspiradores do Planejamento Plurianual 2006 - 2009, juntamente com os Eixos Estratégicos de Governo definidos no início do mandato da atual gestão. Todos, em consonância com as deliberações do Orçamento Participativo, se constituem nas bases dos programas, projetos e ações indicados neste Planejamento Plurianual, pois expressam tanto a realidade local, o projeto político em andamento e as necessidades e prioridades elencadas pela população.

O PPA integra todos os programas, projetos e atividades a serem implementados nos anos 2006-2009 no Recife, que constituem os grandes Programas do Governo. Eles devem ser objeto de acompanhamento através de sistema informatizado, permitindo que o prefeito e os secretários municipais monitorem o andamento de sua execução.

O sistema de acompanhamento será alimentado desde o primeiro ano de realização deste PPA e deve expressar as tarefas dos Comitês Gestores através do Portal de Gestão da Prefeitura do Recife, ferramenta informatizada que permite o registro de todas as ações dos diversos órgãos, sistematizando as reuniões em atas e o detalhamento das ações em projetos/planos de ações, bem como permitindo a criação detalhada de indicadores de desempenho para os órgãos e para os projetos desenvolvidos. Esta ferramenta já está em uso desde 2002, porém deve ser integrada ao sistema de acompanhamento do planejamento da Prefeitura e atualizado com o conjunto de programas, projetos e ações propostos pelo Governo. Desde o início de 2005, o Portal de Gestão tem sido já utilizado para o

levantamento dos problemas imediatos da gestão e para o planejamento das ações emergenciais do primeiro ano de mandato do atual governo.

Os antigos Programas Integrados constantes do Plano Plurianual - PPA anterior foram suprimidos tendo em vista estratégia atual de dar o caráter da transversalidade e integração ao conjunto das ações operadas no governo, ampliando a intersetorialidade a todas os projetos do governo que a discussão das diversas políticas entenderem necessário, tendo como base a metodologia de Fóruns Integrados abordada anteriormente. Desta forma, cada Programa deverá ser discutido dentro daquele Fórum Temático específico que o acolhe, recebendo desta forma atenção de todos os órgãos envolvidos.

Os programas prioritários deverão ser elencados com precisão pelo Secretariado do Governo a partir de Seminários a serem realizados depois das Conferências da Cidade e do Plano Diretor, dentro ainda do ano de 2005, enquanto o balanço da execução do PPA anterior também se opere.

VI – VALORES, EIXOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO E DIRETRIZES SETORIAIS

Valores

Reafirmam-se os valores orientadores do Governo Municipal:

- Valorização da ética e busca da transparência.
- Construção do sentido de equipe (solidariedade).
- Orientação pelo senso de urgência da população.

Com a afirmação desses valores se espera acumular forças para a construção da sociedade democrática e socialista e se procura corresponder às expectativas e às prioridades da população.

Eixos Estratégicos

No final de 2004 e início de 2005, depois de um processo de discussão a partir das demandas da população, da construção dos diagnósticos da cidade e considerando os compromissos assumidos pela gestão, foram selecionados temas que sintetizam e dão materialidade aos eixos estratégicos. São eles:

Cuidar das Pessoas

É o compromisso com a construção da sociedade sem excluídos, justa e democrática. O cuidar das pessoas é colocado em primeiro lugar, ampliando e qualificando os atendimentos de saúde e educação, trabalhando por moradia e trabalho e preservando vidas. O compromisso maior é assegurar que os cidadãos tenham pleno acesso aos bens públicos, materiais e espirituais, que lhes garantam condições melhores de vida e felicidade, passo indispensável para a construção do novo homem e da nova sociedade.

1. Política de Habitação
2. Política de Atenção à População na Rua
3. Juventude/ Terceira idade
4. Programa Guarda-chuva
5. Política de Educação
6. Política de Saúde
7. Política de Esporte e Lazer
8. Prevenção à Violência

Cuidar da Cidade

Recife mudou muito nos últimos quatro anos. A gestão voltada para as áreas mais necessitadas produziu uma outra fisionomia para a cidade como um todo e para as áreas mais pobres, em especial. A partir de então, deve-se trabalhar com atenção redobrada na manutenção e no embelezamento da cidade, na busca de uma cidade com mais qualidade de vida, com mais infraestrutura, melhor mobilidade urbana, mais limpa e mais bela, o que além de beneficiar sua população, permitirá atrair um número ainda maior de visitantes.

1. Ações de embelezamento
2. Recife nos Trinquês
3. Guarda-chuva
4. Contenção do avanço do mar
5. Brasília Teimosa

Cidade do Futuro

A Recife do futuro deve ser pensada a cada dia. Alguns passos importantes já foram dados nesta direção, como o disciplinamento da altura dos prédios em bairros da cidade e o início da discussão do plano diretor. Agora, é preciso discutir e elaborar um projeto de cidade, que tenha um perfil dinâmico, empreendedor e qualidade de vida comprovada pelos indicadores de saúde e educação. Uma Recife que se torne referência nacional e ganhe projeção internacional.

1. Qualificação dos Sistemas Viários
2. Plano Diretor
3. Complexo Turístico Cultural Recife Olinda
4. Reorganização do Centro da Cidade
5. Prometrópole
6. Capibaribe Melhor
7. Recife sem palafitas
8. Recife multicultural
9. Geração de emprego e renda
10. Gestão ambiental

Gestão Democrática

O primeiro movimento já implantou a democracia participativa - através do Orçamento Participativo, dos Conselhos Municipais e setoriais, conselhos gestores, conferências temáticas, entre outros canais colocados à disposição ou criados pela própria cidadania - incorporou milhares de cidadãos na formulação e decisão das políticas públicas, discutindo o destino da sua cidade e da sua vida. O governo chamou a cidadania para compreender o papel e as limitações do Estado e compartilhar do poder local. Este é um processo que deve ser aprofundado, em um verdadeiro processo de educação política e de construção de uma nova sociedade.

1. Planejamento Participativo
2. Controle Social
3. Educação Cidadã

Eficiência Administrativa

O governo deve investir todos os recursos e esforços ao seu alcance para dotar a sociedade de mecanismos que assegurem a todos os cidadãos, independente de sua condição social e econômica, bens e serviços públicos de qualidade. Deve avançar no sentido de dar mais agilidade e unidade às ações, assegurar a integração entre as diferentes estruturas e centrar toda atividade no foco estratégico da gestão.

1. Escola de Gestão Pública
2. Reforma Administrativa
3. Descentralização Regional
4. Atendimento ao Público
5. Captação de recursos e Ampliação da Receita
6. Política de Tecnologia da Informação
7. Gestão Eficaz do Gasto Público
8. Política de Comunicação e Informação à Sociedade
9. Qualidade de vida do Servidor

Diretrizes Setoriais

O Planejamento Plurianual 2006-2009 estabelece seus programas, projetos e ações vinculados a estes eixos, seguindo as diretrizes setoriais formuladas a partir dos diagnósticos produzidos para a política urbana, a serem submetidas e aprovadas na II Conferência da Cidade:

Desenvolvimento Econômico

A política de desenvolvimento econômico e social do município do Recife deve estar articulada com a promoção do desenvolvimento econômico e as políticas públicas municipais, visando à redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população.

• Atividades Econômicas

- a) Consolidar o Recife como pólo regional de aglomeração de serviços e comércio;
- b) Apoiar a instalação e a consolidação de atividades produtivas em áreas com disponibilidade de infra-estruturas;
- c) Regularizar as atividades econômicas já instaladas, através de critérios definidos em lei;
- d) Estimular as iniciativas de produção cooperativa, o artesanato, as empresas ou as atividades desenvolvidas por meio de micro e pequenos empreendimentos ou estruturas familiares de produção;
- e) Propiciar infra-estrutura adequada para a instalação de empreendimentos de alta tecnologia;
- f) Estabelecer condições apropriadas para o revigoramento dos setores econômicos tradicionais;
- g) Aprimorar a infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades de cultura, turismo e entretenimento como fontes geradoras de trabalho e renda e de qualidade de vida;
- h) Estimular a instalação de empreendimentos de grande porte nas áreas periféricas, definindo critérios para a sua integração com os distritos industriais dos municípios vizinhos e com a malha rodoviária existente; e
- i) Estimular a instalação de incubadoras de alta tecnologia próximas às universidades e aos centros de pesquisa.

• Turismo

- a) Ampliar quantitativamente os fluxos de visitantes para o Recife, respeitando-se a capacidade de suporte da cidade, através de permanente monitoramento do desempenho do setor;
- b) Elevar qualitativamente a composição desses fluxos, no que diz respeito a capacidade de dispêndio no lugar e nível cultural dos

visitantes, como forma de proporcionar um melhor retorno econômico e social para a cidade, com menor impacto negativo sobre os recursos turísticos disponíveis; e

- c) Aumentar a taxa de permanência média de turistas na cidade como forma de ampliar consumo por turistas, independentemente da renovação dos fluxos turísticos.

Políticas Sociais

•Educação

- a) democratizar o acesso à educação básica nas etapas da educação infantil e fundamental, em regime de colaboração com as demais esferas do poder público;
- b) construindo uma gestão ancorada nas lutas dos movimentos sociais em defesa dos direitos, em especial à educação escolar de qualidade social; e
- c) propiciando a inserção cidadã das crianças, dos jovens e dos adultos no processo de consolidação das sociedades democráticas.

•Saúde

- a) A política municipal de saúde tem como base às diretrizes do Sistema Único de Saúde/SUS: universalizar a assistência à saúde a todo cidadão; garantir um sistema de saúde equânime; promover a integralidade das ações; fortalecer o controle social e a descentralização; promover a municipalização do sistema de saúde;
- b) As ações e serviços de saúde de menor grau de complexidade deverão ser colocadas à disposição do usuário em unidades de saúde localizadas próximas de seu domicílio, priorizando áreas de maior risco e as ações especializadas ou de maior grau de complexidade são alcançadas por meio de mecanismos de referência dos distritos sanitários;
- c) O município organizará o sistema de saúde com base territorial, garantindo maior autonomia aos distritos sanitários e melhoria de acesso e da resolutividade às ações e serviços, através da construção de uma rede regionalizada e hierarquizada; e
- d) O modelo de atenção à saúde adotará como estratégia estruturante o Programa de Saúde da Família e as ações e serviços serão definidas com base no perfil epidemiológico da população, com ênfase na vigilância à saúde ambiental e no desenvolvimento de ações intersetoriais.

•Assistência Social

Reafirmam-se as diretrizes da organização e da gestão da Assistência Social definidas na Lei Orgânica da Assistência Social, acrescentando outras:

- a) Gestão municipal descentralizada e autônoma.
- b) Participação popular, por meio de organizações representativas, na formulação e controle da Política de Assistência Social, através de conselhos deliberativos, conferências e fóruns ampliados de assistência social, de direitos da criança e do adolescente, de direitos da pessoa idosa e de direitos da pessoa com deficiência.
- c) Cooperação técnica, administrativa e financeira com a União, o Estado e outros Municípios.
- d) Primazia da responsabilidade do Poder Público Municipal na formulação, coordenação, financiamento e execução da Política de Assistência Social.
- e) Comando único das ações, exercido de forma compartilhada entre o órgão gestor e autarquia especializada a este vinculado e o conselho deliberativo da Política de Assistência Social.
- f) Centralidade na família para a concepção e implementação das ações de Assistência Social.
- g) Observância dos princípios, diretrizes, objetivos e linhas de ação das Políticas Municipais de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Direitos da Pessoa Idosa e de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- h) Desenvolvimento de articulações intersetoriais e interinstitucionais para possibilitar ao cidadão e cidadã o alcance pelas várias políticas públicas.
- i) Organização do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social que articule e integre meios, esforços e recursos empreendidos no conjunto das ações de iniciativa governamental e da sociedade civil, em serviços de natureza continuada, em programas e projetos específicos e duradouros e nas ações de natureza emergencial.
- j) Regulamentação de benefícios eventuais, previstos na LOAS, de responsabilidade do município, a serem garantidos conforme necessidades e eventos adversos contribuindo para mitigar as situações de vulnerabilidade.
- k) Fixação, no orçamento municipal, de percentual a ser destinado à Assistência Social;

- l) Estabelecimento de critérios de partilha dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente destinados ao financiamento dos programas, projetos, ações e serviços de Assistência Social.
- m) Articulação com os municípios que compõem a região metropolitana no sentido de organização de sistema integrado de seguranças e garantias sociais em consonância com a perspectiva do SUAS - Sistema Único de Assistência Social.
- n) Fomento a estudos e pesquisas para identificação de demandas e produção de informações que subsidiem o planejamento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Social.
- o) Monitoramento e avaliação contínuos da implementação e dos resultados e impactos da Política de Assistência Social.

•Cultura

- a) Promover ações e eventos culturais com democratização, descentralização, promoção de intercâmbio cultural e valorização da cultura local;
- b) Transformar a cultura em vetor de desenvolvimento econômico e social, integrada no espaço metropolitano;
- c) Otimizar e democratizar os equipamentos culturais do Recife;
- d) Democratizar a gestão cultural, promovendo a participação dos diversos segmentos envolvidos com a cultura na cidade do Recife, através do Conselho Municipal de Cultura, do Fórum de Cultura do Orçamento Participativo e da realização de Conferências Municipais de Cultura; e
- e) Democratizar e modernizar a gestão da secretaria de cultura, buscando agilizar o atendimento ao público e a valorização dos servidores.

•Habitação

- a) Integrar os projetos e ações da Política Municipal de Habitação com as demais políticas e ações públicas de desenvolvimento urbano, econômico e social municipais, intermunicipais, metropolitanas, estaduais e federais, favorecendo a implementação de ações integrais e sustentáveis;
- b) Diversificar as ações de provisão, mediante a promoção pública, apoio à iniciativas da sociedade e à constituição de parcerias, que proporcionem o aperfeiçoamento e a ampliação dos recursos, o desenvolvimento tecnológico e a produção de alternativas de menor custo e maior qualidade, considerando as realidades física, social, econômica e cultural da população a ser beneficiada;

- c) Democratizar o acesso ao solo urbano e a oferta de terras para a Política Municipal de Habitação, a partir da disponibilidade de imóveis públicos e da utilização de instrumentos do Estatuto da Cidade;
- d) Coibir as ocupações em áreas de risco e *non aedificandi*, a partir da ação integrada dos setores municipais responsáveis pelo planejamento, controle urbano, defesa civil, obras e manutenção e as redes de agentes comunitários ambientais e de saúde;
- e) Consolidar os assentamentos ocupados pela população de baixa renda, mediante sua instituição como ZEIS, considerando os requisitos e critérios estabelecidos pela Lei do PREZEIS;
- f) Regularizar a situação jurídica e fundiária dos conjuntos habitacionais implementados pelo município;
- g) Adequar as normas urbanísticas às condições sócio-econômicas da população, simplificando os processos de aprovação de projetos e o licenciamento de Habitação de Interesse Social;
- h) Realizar, periodicamente, a Conferência Municipal de Habitação para o estabelecimento de objetivos, diretrizes, ações estratégicas da Política Municipal de Habitação e subsidiar o Plano Municipal de Habitação, elaborando Plano Municipal de Habitação e criar o Conselho Municipal de Habitação.

Infra-Estrutura Urbana

•Saneamento Ambiental

As diretrizes gerais para o Saneamento Ambiental Integrado do Recife devem ser regidas pelas deliberações das Conferências Municipais de Saneamento, de Meio Ambiente e de Saúde.

•Abastecimento De Água

- b) O serviço de abastecimento de água deverá assegurar a todo habitante da cidade oferta domiciliar de água para consumo residencial e outros usos, com regularidade, em quantidade suficiente para atender às necessidades básicas e qualidade compatível com os padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Deverão ser adotados mecanismos de financiamento do custo dos serviços que viabilizem o acesso da população ao abastecimento domiciliar.
- c) Constitui prioridade para as ações e investimentos do serviço de abastecimento d'água a conclusão das obras estruturadoras paralisadas e /ou em andamento, bem como a permanente ampliação da

oferta necessária para e a garantia do atendimento à totalidade da população da cidade.

•Esgotamento Sanitário

- a) Deverá ser assegurado à população o acesso a um sistema de coleta e tratamento adequado dos esgotos, que garanta a diminuição dos altos índices de doenças de veiculação hídrica, ou relacionadas ao saneamento e à salubridade do ambiente, e reduza os riscos ambientais.
- b) As tarifas dos serviços de esgotos serão vinculadas às do serviço de abastecimento de água, sendo a relação entre elas estabelecida no Convênio de Concessão.

•Drenagem Urbana

- oElaborar plano Setorial de Macrodrenagem.

•Resíduos Sólidos

- a) Implementar uma gestão eficiente e eficaz do sistema de limpeza urbana, garantindo a prestação dos serviços essenciais à totalidade da população.
- b) Formar uma consciência comunitária sobre a importância da opção pelo consumo de produtos e serviços que não afrontem o meio ambiente e com menor geração de resíduos sólidos; e a relevância da adequada separação e disponibilização do lixo domiciliar para fins de coleta;
- c) Minimizar a quantidade de resíduos sólidos por meio da prevenção da geração excessiva, incentivo ao reuso e fomento à reciclagem;
- d) Controlar os processos de geração de resíduos nocivos e fomentar a busca de alternativas com menor grau de nocividade;
- e) Implementar o tratamento e o depósito ambientalmente adequado dos resíduos remanescentes
- f) Coibir a disposição inadequada de resíduos sólidos mediante a educação ambiental, a oferta de instalações para a sua disposição bem como a fiscalização efetiva;
- g) Estimular o uso, reuso e reciclagem de resíduos em especial ao reaproveitamento de resíduos inertes da construção civil; e
- h) Elaborar e implementar o Plano Diretor Setorial de Resíduos Sólidos, de forma integrada com o Plano de Gestão de Saneamento Ambiental.

•Mobilidade Urbana

- d) Prover a mobilidade como condição essencial para o acesso das pessoas às funções urbanas, considerando os deslocamentos

metropolitanos, a diversidade social e as necessidades de locomoção dos portadores de deficiências;

- e) Tratar de forma integrada as questões de transporte, trânsito e uso do solo;
- f) Tratar as calçadas como malha integrada ao SMU, impedindo-se intervenções para sua redução e priorizando a circulação e a segurança dos pedestres;
- g) Priorizar a circulação dos pedestres em relação aos veículos motorizados e dos veículos coletivos em relação aos particulares;
- h) Estruturar uma rede de transporte público de passageiros na qual os coletivos circulem livre de congestionamentos.
- i) Introduzir a gradualidade da tecnologia na implantação de novos sistemas de transporte público quando as anteriores deixarem de atender às necessidades de demanda pelo serviço;
- j) Promover a acessibilidade ao Sistema de Mobilidade Urbana, garantindo tarifas adequadas no STPP e uma malha viária livre de obstáculos, possibilitando a inclusão das pessoas portadoras de deficiência;
- k) Implementar um programa municipal de redução de acidentes;
- l) Reduzir o impacto do seccionamento da cidade causado pelas barreiras físicas constituídas pelos sistemas rodoviário, metroviário e ferroviário, mediante infra-estruturas de transposição e integração urbana;
- m) Complementar, priorizar e preservar as vias arteriais e corredores de transporte urbano principais da cidade garantindo fluidez e segurança para os pedestres e veículos;
- n) Promover a integração da malha viária principal com a malha viária de interesse metropolitano;
- o) Garantir a consolidação do Sistema Estrutural Integrado Metropolitano - SEI nas ações desenvolvidas sobre o Sistema de Transporte Municipal; e
- p) Definir ações de requalificação e preservação da capacidade dos corredores de transporte metropolitano e urbano principal.

VII - Principais Metas

INDICADOR/SITUAÇÃO ATUAL	META
1. Permanência de Turistas na Cidade (dados de 2004: 3,3 dias)	↪ Alcançar a permanência de 4 dias
2. Criação das Defensorias Especializadas da Mulher	↪ Criação de 4 Defensorias
3. Aumentar a participação da Mulher na política pública, através da realização de Conferências Municipais.	↪ Realização de duas Conferências Municipais, envolvendo 7.000 mulheres
4. Implantação dos Núcleos de Educação Não Sexista, Anti-Racista e Não Homofóbicos	↪ Implantação de 6 núcleos
5. Ampliar a sensibilização para questões de gênero da Comunidade Escolar	↪ Realizar 4 Jornadas de Protagonismo Juvenil
6. Ampliar o contingente de guardas municipais na função de agente de trânsito para 780, atendendo a 78 postos e programas na cidade. (concurso público realizado selecionando 500 candidatas precisando de abertura de vagas pelo município)	↪ Ampliar o contingente para 600 agentes de trânsito (guardas municipais).
7. Gestão integrada do transporte público. Implantação e funcionamento do consórcio metropolitano (Estado e Município)	<ul style="list-style-type: none"> ↪ Estruturação do quadro de pessoal com a realização de concurso público (técnicos, administrativo) ↪ Gestão integral (processamento e controle financeiro) em 100% das multas de trânsito aplicadas pela municipalidade; ↪ Constituição de 100% de banco de dados de índices técnicos de engenharia de tráfego e acidentalidade ↪ Investimento em 10% dos recursos em campanhas educacionais voltadas ao trânsito; ↪ Implantar em 100% fiscalização eletrônica nos principais (16) corredores de tráfego da cidade. ↪ Substituir todas as lâmpadas incandescentes por ledes em 100% das interseções semaforizadas; ↪ Implantar 40Km de ciclovias (ciclorotas e ciclofaixas).

- | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 8. Ampliar vagas de estacionamento rotativo (zona azul), automatizar controle dos estacionamentos com a implementação do sistema de parquímetro monitoramento eletrônico | <ul style="list-style-type: none"> ↪ Ampliar estacionamento rotativo (zona azul) em 20% 2500 das vagas existentes; ↪ Automatizar controle dos estacionamentos em 100% das vagas existentes. |
| 9. Universalizar e qualificar o atendimento ao ensino fundamental de 6 a 10 anos, tendo como referência a matrícula de 74.609 estudantes em 2005. | <ul style="list-style-type: none"> ↪ Preencher 100% da capacidade física ampliada, a cada ano. |
| 10. Expandir o atendimento ao ensino infantil tendo como referência a matrícula de 18.531 em 2005. | <ul style="list-style-type: none"> ↪ Atender 30.500 crianças no ensino infantil. |
| 11. Criar Centros de Educação Inclusiva e salas de apoio para atendimento especializado aos estudantes com deficiências específicas (636 em 2005). | <ul style="list-style-type: none"> ↪ Equipar 06 Centros de Educação Inclusiva e 08 salas de apoio para atendimento especializado aos estudantes com deficiências específicas |
| 12. Oferecer formação continuada aos educadores, mantendo um programa diversificado de formação ao longo do ano letivo (5.200 educadores em 2005). | <ul style="list-style-type: none"> ↪ Realizar um evento anual de abertura da formação continuada dos educadores. |
| 13. Assegurar a formação específica de professores Mediadores de Leitura e Coordenadores Pedagógicos (80 em 2005). | <ul style="list-style-type: none"> ↪ Promover a formação de 1.116 Mediadores de Leitura e de 1.628 Coordenadores Pedagógicos. |
| 14. Equipar novos Laboratórios de Informática e adequar os já existentes nas unidades educacionais (150 em 2005). | <ul style="list-style-type: none"> ↪ Equipar e manter 250 Laboratórios de Informática nas unidades educacionais, 20 Escolas Itinerantes e uma sala de Educação à Distância. |
| 15. Adquirir e manter sistemas de informatização para as unidades educacionais. | <ul style="list-style-type: none"> ↪ Informatizar 220 unidades educacionais. |
| 16. Acompanhar com especial atenção os projetos de Apoio Social aos Estudantes da Rede Municipal de Educação. | <ul style="list-style-type: none"> ↪ Oferecer Alimentação Escolar e um quite individual de material didático e fardamento a todos os estudantes da rede pública municipal e a bolsa escola para os que forem selecionados |

17. Realizar Projetos de Inclusão na Educação de Jovens e Adultos.

- ↪ 52.000 estudantes acompanhados na modalidade de ensino de EJA (13.000/ano).
- ↪ 24.000 jovens e adultos envolvidos nos programas de alfabetização (6.000/ano)
- ↪ 15.728 jovens de 18 a 24 anos, inscritos no Programa PROJOVEM, recebendo certificação do ensino fundamental.
- ↪ 80.000 jovens e adultos dos cursos de formação profissional básica, (20.000/ano), com prioridade para jovens que freqüentam os demais programas de inclusão.
- ↪ 20.000 jovens de 16 a 24 anos, inseridos no Programa Escola de Fábrica (5.000/ano).

18. Ampliar e reestruturar a rede física de suporte à educação dos estudantes da rede municipal.

- ↪ Construir 32 novas unidades educacionais ou novas sedes.
- ↪ Adquirir 66 imóveis para instalação de novas sedes.
- ↪ Construir 13 novos espaços para atividades recreativas e esportivas.
- ↪ Construir ou reestruturar 120 novos espaços educacionais para bibliotecas, laboratórios de informática e salas de aula.

19. Criar um serviço permanente de manutenção preventiva das unidades educacionais e oferecer suprimento material para a qualificação da educação na rede municipal.

- ↪ Implementar sistemas de manutenção preventiva e de resposta eficaz à necessidade de suprimento material das unidades educacionais.

20. Implantar o Sistema de Vigilância Social: Sistematização de Informações, construção de indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social

- ↪ Implantar o sistema com índices regionalizados

21. Consolidação do modelo descentralizado de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

- ↪ Implantação de Centros de Referência de Assistência Social em todas as RPAs

22. Reordenamento da Rede Socioassistencial do Município

- ↪ Elaboração de diagnóstico e definição de parâmetros e normatização para a execução dos serviços

23. Implantar Gestão dos Conjuntos Habitacional (atualmente nenhum possui) → Alcançar 30 conjuntos (12 construídos, 04 em construção e 14 a serem construídos)
24. Recuperação de Unidades Habitacionais degradadas → 10.000 Unidades recuperadas (10 conjuntos que a Prefeitura construiu, 02 de gestões anteriores e demais unidades habitacionais isoladas)
25. Construção de novas unidades habitacionais. Demanda de cadastrados = 7.551 (compromisso = 3065) Áreas de risco/auxílio moradia = 3468; → 12.000 unidades
26. Definir e executar a política de Habitação da Cidade → Realizar Conferência da Habitação e implantar o Conselho Municipal
27. Atender as demandas de microcrédito, beneficiando 600 empreendedores da cidade do Recife. → Crescimento de 25%
28. Apoiar e fortalecer 42 atividades produtivas associativas formalizadas ou não. → Crescimento de 10 %
29. Apoiar 500 artesãos do Recife, viabilizando espaços de mercado e aproveitamento da gestão e produção → Crescimento 25%
30. Requalificação dos espaços públicos → Revitalizar 7 mercados dentro do circuito da Gastronomia e da Arquitetura, São José, Boa Vista, Encruzilhada, Casa Amarela, Madalena, Parque de Feiras de Beberibe e Nova Descoberta.
31. Limpeza dos canais → Limpar 66 canais por ano
→ revestir 6 canais
32. Revitalização de drenagem em corredores estratégicos → Revitalizar Mascarenhas de Moraes, Prédio Italiana, Universo e Ferreira Costa;
→ Projeto de eliminação de pontos críticos da Caxangá
→ José Rufias - manter limpeza
33. Ampliar a coleta seletiva de lixo coleta atual = 8 toneladas/mês → Atingir 25 toneladas / mês
34. Descentralizar o Voluntariado, implantando núcleos de voluntariado em todas as RPAs → Implantar 6 núcleos de voluntariado

35. Ampliar a cobertura do PSF, a oferta de serviços especializados e a gestão da assistência hospitalar até 2009.
36. Consolidar a promoção à saúde.
37. Valorizar o trabalhador em saúde nos diversos níveis de atenção à saúde.
38. Consolidar a Política de assistência farmacêutica como instrumentos de gerenciamento e gestão;
39. Ampliar a e diversificar o atendimento dos diferentes segmentos populacionais com atividades sistemáticas de esporte e lazer
- PSF: Cobertura da população em 70%
 - Implantação de 17 pólos do Programa Academia da Cidade
 - Implementação do Programa Saúde Ambiental
 - Implantação da gerência de território nas 18 microrregiões dos Distritos Sanitários
 - Garantir a qualificação profissional e educação permanente para 100% dos servidores
 - Garantir 80% dos medicamentos padronizados na rede municipal;
 - 40.000 crianças, jovens, adultos e idosos nas atividades de lazer e recreação, esporte educacional e esporte de rendimento.

VIII – FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E ESTIMATIVAS DE RECURSOS

Finanças Municipais

Análise do ambiente atual e das perspectivas futuras

O ambiente macroeconômico nacional e local para o PPA 2006-2009 apresentam características e tendências relevantes a serem apreciadas a seguir.

O Processo de Municipalização

O processo de municipalização dos serviços públicos destacado no PPA anterior (2002-2005) continua seu curso acarretando novas incumbências aos municípios. A transferência de novas responsabilidades e ampliação das já existentes para a administração municipal, sem a devida contrapartida financeira, pode ser agravada com a possibilidade de uma reforma tributária centralizadora capaz de comprometer o federalismo, ao afrontar a autonomia financeira dos Estados e, principalmente, dos Municípios em favor da União.

Crise Financeira do Setor Público

União

Em relação às receitas, a Secretária da Receita Federal vem batendo recordes de arrecadações principalmente devido aos acréscimos da COFINS, CSLL e IR. (até maio/2005, R\$138,3 bilhões, ou seja, 6,1% acima do realizado em 2004 descontada a inflação medida pelo IPCA).

Até abril/2005, o superávit primário da União alcançou o montante de R\$16,335 bilhões, recorde que possibilitou cobrir os gastos com juros nominais de R\$ 13,278 bilhões, e aponta uma tendência de crescimento em relação ao exercício anterior.

A dívida do setor público em maio de 2005 representou 50,3% do PIB, percentual um pouco abaixo do valor registrado no mês antecedente, 50,4% do PIB. De forma negativa, a alta de juros, utilizada como mecanismo de controle inflacionário, tem provocado significativa elevação da dívida brasileira. Até dezembro de 2004, a dívida mobiliária do Tesouro Nacional em valores de maio/2005 foi de R\$ 793,3 bilhões (41,5% do PIB) e em maio/05 elevou-se para R\$ 847,9 bilhões (43,9% do PIB), ou seja, em apenas cinco meses a política monetária fez subir a dívida em valores reais em R\$ 54,6 bilhões (2,87% do PIB).

A política de taxas de juros adota pelo Governo Federal tem provocado relativo recuo da inflação, proporcionando eventualmente deflação. Entretanto o custo desta política tem sido relevante, quer pela retração da atividade econômica e de novos investimentos provocada pelo encarecimento do crédito, quer pelo impacto desta política monetária nas contas do governo federal, a qual pode ser estimado em cerca de R\$ 173 bilhões por ano. A receita total da Secretaria da Receita Federal nos últimos doze meses encerrados em abril/2005 atingiu em valores atualizados para o mesmo período, R\$ 326 bilhões. Logo, mais da metade da receita está comprometida com pagamento de juros dos títulos do governo federal, representando sua principal restrição orçamentária, mais de quatro vezes o déficit previsto da previdência para 2005.

Estado de Pernambuco

O estoque da dívida pública estadual, também impactado pela política monetária de juros altos, tem provocado dificuldades adicionais para o Governo Estadual alcançar o equilíbrio das suas finanças públicas, apesar do aumento da arrecadação verificado no ICMS. Apesar disso, são significativas as perspectivas para a economia estadual e para a criação de empregos e renda, se forem concretizados os investimentos relacionados com a instalação no complexo portuário de Suape de uma refinaria de petróleo, financiada pela Petrobrás e Governo da Venezuela, a construção de um estaleiro de porte e criação de um pólo de poliéster. A estes investimentos, devem se somar a construção pelo governo federal de uma fábrica de hemoderivados em Goiana, que deverá nuclear um pólo farmacológico no estado, de uma fábrica de biodiesel em Pesqueira, e a construção da Ferrovia Transnordestina que deverá consolidar o pólo gesseiro facilitando o escoamento de sua produção.

Cenário Internacional

A economia americana, e principalmente a chinesa, ainda apresentam um crescimento vigoroso, apesar dos sinais de desaquecimento produzidos pelas medidas destinadas a tentar conter a inflação, proporcionando um elemento favorável no ambiente internacional à ocorrência de liquidez elevada. O mesmo não pode ser dito dos países europeus, cujas perspectivas de crescimento desapontam, provocadas entre outros elementos, pela sobrevalorização do Euro frente ao Dólar. Importante economia, o Japão apresenta uma melhora em relação há dois anos, embora com resultados modestos de crescimento.

Os índices de preços continuam estáveis, favorecendo uma baixa probabilidade de mudanças drásticas nas políticas monetárias das principais

economias mundiais, principalmente a norte-americana, o que vem pressionando para baixo as taxas de juros nos principais mercados e proporcionando uma recuperação do dólar em relação às demais moedas mundiais. Na União Européia, a rejeição da Carta Constitucional pela França e Holanda aumentou a volatilidade dos ativos, incluindo o câmbio no curto prazo, mas não afetou as condições dos mercados de capitais para as economias em desenvolvimento.

O preço do barril de petróleo está submetido a uma pressão de alta. A constante preocupação com os estoques de petróleo nos Estados Unidos, bem como uma estreita margem entre a oferta e a demanda, além dos fatores geopolíticos mantém o produto sujeito a uma elevada volatilidade de preços e risco de novo ciclo de alta. A manutenção dos preços do petróleo num patamar acima de US\$ 55,00/barril, como está ocorrendo atualmente, devem afetar negativamente a economia mundial, ainda que os seus efeitos e conseqüências possam ser minimizados no Brasil em função da conquista da auto-suficiência em petróleo programada pela Petrobrás para 2006.

Apesar da valorização do Real frente ao Dólar, as exportações continuam batendo recordes. Em maio/2005 ocorreu superávit de US\$ 615 milhões em transações correntes, totalizando US\$ 13.376 milhões nos últimos 12 meses. Este cenário diminui a necessidade de capital estrangeiro, principalmente o volátil para o pagamento das contas externas.

A Realidade Municipal

A estrutura das receitas do Município do Recife (vide tabela 1), apesar dos esforços realizados, ainda reflete uma dependência significativa em relação às transferências constitucionais da União, principalmente através do FPM; e do Estado, através da cota-parte do ICMS. Essas transferências representam 46,28% das receitas da administração direta contra 40,16% das receitas próprias, ou seja, aquelas de competência municipal (ano 2004).

A partir destes valores, o Grau de Independência Financeira do Município, $RTP/(RTP+TC)$ apresenta uma tendência de diminuição, ou melhor, uma maior dependência do município em relação às transferências constitucionais. Desta forma, faz-se necessária a implantação de um conjunto de ações com o objetivo de aumentar a participação dos tributos de competência do município:

- a) Continuação no processo de modernização da administração tributária, através da manutenção da atual política tributária municipal que tem se pautado pela sua integração às políticas de desenvolvimento local, para os diferentes setores produtivos, a criação de novas ferramentas de trabalho para auferir a produtividade do fisco municipal, através do estabelecimento de sistema de metas de arrecadação e a incorporação recente, de moderna tecnologia da informação nos cadastros mercantis e imobiliários para otimização da ação fiscal;
- b) Ampliação do mecanismo da substituição tributária e intensificação de fiscalização nas empresas obrigadas a efetuar a retenção na fonte. Este instrumento de arrecadação mostrou-se eficiente, entretanto, alguns ajustes devem ser feitos com o advento da Lei Complementar n.º 116/2003.
- c) Ampliação das atividades de orientação a contribuintes. A Lei Complementar n.º 116/03 estabeleceu novas hipóteses de incidência, além de positivar determinadas matérias controvertidas. No exercício de 2004, verificou-se um crescimento nominal de 21,4% do ISS;
- d) Mudanças na cobrança da Dívida Ativa devem ser adotadas para efficientizar a recuperação dos créditos da receita tributária própria;
- e) Otimização dos procedimentos na área dos tributos imobiliários, com destaque para a adoção da tecnologia do geo-processamento;
- f) Instituição de um programa de educação fiscal, integrado transversalmente á todas as demais atividades da administração municipal.

Tabela 1

UNIDADE: R\$ MIL.

D I S C R I M I N A Ç Ã O	A PREÇOS CORRENTES				
	2003 ATÉ DEZEMBRO	2004 ATÉ DEZEMBRO	VARIACÃO % DEZ/04 / DEZ/03	PARTICIPACÃO	
				2003	2004
1. RECEITAS ADMINISTRADAS	412.991	484.147	17,23	40,06	40,16
IPTU	99.399	113.662	14,35	9,64	9,43
ITBI	5.990	17.133	0,84	1,65	1,42
ISS	169.414	205.899	21,54	16,43	17,08
TAXAS	64.451	80.630	25,10	6,25	6,69
MULTAS E JUROS DE MORA	23.340	24.756	6,07	2,26	2,05
OUTRAS RECEITAS * ADMINISTRADAS	39.397	42.067	6,78	3,82	3,49
2. TRANSFERENCIAS	495.497	557.938	12,60	48,06	46,28
FPM	126.656	136.598	7,85	12,29	11,33
ICMS	295.530	328.509	11,16	28,67	27,25
IPVA	37.468	44.103	17,71	3,63	3,66
* * OUTRAS TRANSFERENCIAS	35.843	48.728	35,95	3,48	4,04
3. RECEITAS DE CAPITAL	8.394	8.744	4,17	0,81	0,73
ALIENACAO DE BENS	7	-	-100,00	0,00	0,00
CONVENIOS A FUNDO PERDIDO	8.387	8.744	4,26	0,81	0,73
OPERACOES DE CREDITO	-	-	-	0,00	0,00
TOTAL DIRETAS	916.882	1.050.829	14,61	88,94	87,16
4. INDIRETAS	114.066	154.831	35,74	11,06	12,84
TRANSFERÊNCIA S U S	92.442	115.574	25,02	8,97	9,59
OUTRAS REC. INDIRETAS	21.624	39.257	81,54	2,10	3,26
RECEITA TOTAL	1.030.948	1.205.660	16,95	100,00	100,00

A execução orçamentária do Município do Recife até abril/2005 mostrou-se adequada para uma administração pública equilibrada, ou seja, despesas compatíveis com a evolução das receitas.

As receitas da Administração Direta previstas no orçamento 2005, no valor de R\$ 1.134.810.380,00, representam um crescimento nominal de 8,93% em relação ao ano anterior. Até abril/2005, foram arrecadados R\$ 415.759.454,00, correspondentes a 36,64% da previsão anual, indicando uma trajetória de cumprimento da previsão total estimada.

A execução da despesa total da Administração Direta do Município do Recife, até abril/2005, em comparação com o mesmo período do ano passado, mostra um declínio, conforme se segue:

Tabela 2

2004	2005	%
201.148.776,00	187.704.438,00	6,68

Valores em R\$ atualizados IPCA / abr. /2005.

O município atendeu em 2004 a todos os limites legais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, conforme tabela 3:

Tabela 3 - Cumprimento dos Limites Lei de Responsabilidade Fiscal

DESPESAS COM ENSINO	% SOBRE BASE DE CÁLCULO			
	2001	2002	2003	2004
Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino por vinculação	25,03%	25,98%	25,09%	25,28%
Limite Constitucional	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

DESPESAS COM SAÚDE	% SOBRE BASE DE CÁLCULO			
	2001	2002	2003	2004
Participação das Despesas Próprias com Saúde na Receita de Impostos e transferências Constitucionais Legais	9,06 %	10,58%	12,05%	15,16%
Limite Constitucional	8,60 %	10,20%	11,80%	15,00%

DESPESA COM PESSOAL	% SOBRE A RCL			
	2001	2002	2003	2004
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 últimos Meses	39,61%	42,74%	43,01%	38,14%
Limite Legal (incisos I, II, III, Art. 20 da LRF)	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Limite Prudencial (§ único, Art. 22 da LRF)	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%

DÍVIDA	% SOBRE A RCL			
	2001	2002	2003	2004
Dívida Consolidada Líquida	-	16,42%	18,34%	28,25%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	120,00%	120,00%	120,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	% SOBRE A RCL			
	2001	2002	2003	2004
Operações de Crédito Internas e Externas	2,67%	0,44%	0,00%	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%

Recursos a Aplicar

Para o período 2006-2009, estima-se que o Tesouro Municipal disponha de uma receita de R\$ 6,86 bilhões, para, em conjunto com recursos captados de outras fontes, possam ser financiados os Programas e Projetos apresentados no detalhamento da aplicação de recursos discriminados no volume 2 deste PPA.

Está previsto para o Poder Legislativo Municipal, no período 2006-2009, o valor correspondente ao limite legal, estimado em R\$ 249.707.871,00. Este valor não inclui a folha dos inativos, estimada no período em R\$ 34.920.100,00.

ERRATA:

Atendendo as orientações da Lei n 17.108/2005 da Reforma Administrativa:

1. Onde se lê: **Secretaria de Políticas de Assistência Social**
Leia-se: **Secretaria da Assistência Social**
2. Onde se lê: **Empresa Municipal de Processamento Eletrônico**
Leia-se: **Empresa Municipal de Informática**
3. Onde se lê: **Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife**
Leia-se: **Companhia de Trânsito e Transportes Urbanos**